



# Anais da Assembleia

Nº 152 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 1990 ANO XVI

## Atos da Presidência:

### RESOLUÇÃO Nº 24/90

DATA: 15 de maio de 1990

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar imóvel no Município de Pitanga, conforme especifica. (Mensagem do Poder Executivo nº 065/90).

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor Luiz Sartório, o imóvel constituído do lote nº 14, da Gleba nº 16, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 477.7124 hectares.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio, "XIX de Dezembro", em 15.05.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 25/90

DATA: 15 de maio de 1990

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar imóvel no Município de Pitanga, na área que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar ao Senhor Nelson Piovesan, o imóvel constituído do lote nº 125, da Gleba nº 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 287.4786 hectares.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.05.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 038/90

DATA: 08 de junho de 1990

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de ENCANTADO DO OESTE.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Município de ENCANTADO DO OESTE, com território desmembrado do Município de Assis Chateaubriand, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas assim especificadas:

"Começa no Rio Piquiri na foz do Rio Encantado, sobe por este até a foz do Rio Barreiro, pelo qual sobe até encontrar a linha de divisa dos lotes 254-255 da Colônia Pindorama-Peruibe, seguindo pela referida divisa rumo noroeste até encontrar a divisa dos lotes 293-294 da mesma Colônia, atingindo aí o Rio do Peixe pelo qual desce até o cruzamento da estrada Encantado-Palotina, deste ponto segue sentido oeste até o cruzamento com o Rio São Pedro e por este abaixo até a divisa da Fazenda Britânia, segue por esta divisa rumo Sul-Norte até a nascente do Córrego ou Sanga Ariranhã, desce por esta até a sua foz no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Rio Encantado, ponto de partida".

### MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ENCANTADO DO OESTE

"Tem como ponto inicial e final o Ramal Arapongas na divisa da chácara 330. Do ponto inicial segue pela divisa das chácaras 330 e 184 até o Ramal Arara, segue por este até a divisa das chácaras 356 e 108, segue por esta divisa e depois pela divisa das chácaras 355, 354, 353, 352, 351, 350, 349 e 348, até o Ramal Arapongas, segue por este até a divisa da chácara 330, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.06.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

### RESOLUÇÃO Nº 044/90

DATA: 03 de julho de 1990

SÚMULA: Autoriza a realização de plebiscito no Município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, com território desmembrado do Município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as divisas que especifica:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos

do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Município de RANCHO ALEGRE D'OESTE, com território desmembrado do Município de Goioerê, com sede na localidade do mesmo nome e com as seguintes divisas:

"Inicia na linha de divisa das Glebas 15 e 23 no Rio Comissário ou Vieiras. Do ponto inicial segue pela linha de divisa das Glebas 15 e 23 até o Rio Caracol, sobe por este até a ponte na Estrada M5, segue por esta até a Estrada Jaracatiá-Arapuan, por esta até a ponte sobre o Rio Caracol, sobe por este até o prolongamento da Estrada Fazenda Santo Antonio, deste ponto em linha reta e seca, numa distância aproximada de 1500 metros até a Estrada Fazenda Santo Antonio, segue por esta até a BR 272, por esta até a linha de divisa das Glebas 10 e 13, por esta linha de divisa rumo Norte-Sul até a Estrada da Divisa ou GO 190 (Divisa Intermunicipal com Janiópolis), segue por esta até a ponte do Rio Comissário ou Vieiras, desce por este até a linha de divisa das Glebas 15 e 23, ponto inicial e final".

#### MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE:

"Inicia no encontro da Avenida Um com a PR 472. Segue pela PR 472 até a quadra 3, contornando-a e incluindo-a até a Rua Dois; por esta até a Rua 1, Rua 1 até a Rua 6, Rua 6 até a Rua Morta (que é divisa do Lote Rural 75), Rua Morta até a Avenida Um, Avenida Um até a Rua Morta 2 (que é divisa do Lote Rural de Sebastião Moreira), Rua Morta 2 até a quadra 28, segue até o canto da quadra 28 (incluindo-a) e deflete incluindo a quadra 29 até a Rua 3, deste ponto segue no mesmo rumo da Rua 3 até a Quadra 60, contornando-a e incluindo as quadras 60, 61 e 62, deste ponto segue rumo Norte até atingir a Travessa Sem Nome, deste ponto segue rumo Oeste até o final da quadra 27, deste ponto rumo Norte até o encontro da Avenida Um com a PR 472, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.07.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 071/90

DATA: 22 de outubro de 1990.

SÚMULA: Fica ratificado o Convênio, já celebrado, por motivo de urgência, em 23 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAB e o município de Cu-

ritiba, visando a proteção, conservação, manutenção e fiscalização do Parque Estadual Papa João Paulo II, localizado no Centro Cívico, nesta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o Convênio, já celebrado, por motivo de urgência, em 23 de março de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento - SEAB e o município de Curitiba, visando a proteção, conservação, manutenção e fiscalização do Parque Estadual Papa João Paulo II, localizado no Centro Cívico, nesta Capital.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 22.10.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 075/90

DATA: 28 de novembro de 1990

SÚMULA: Fica autorizado o Poder Executivo, através do ITCF, alienar a Antonio Fernandes de Mello e Francisco de Assis Andrade, o imóvel que especifica, na colônia Boa Ventura, no município de Pitanga.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Antonio Fernandes de Mello e Francisco de Assis Andrade, o imóvel constituído do lote n° 139, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, com área de 304,8499 hectares.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 076

DATA: 28 de novembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado em 28/12/89 em Brasília/DF, entre o Estado do Paraná e o Ministério das Minas e Energia, objetivando a execução de parte do Programa de Eletrificação e Irrigação em Comunidades Rurais, especificamente na construção de Linha de eletrificação rural nos municípios de Campina Grande do Sul e Mandirituba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio celebrado em 28/12/89, em Brasília, entre o Estado do Paraná e o Ministério das Minas e Energia, objetivando a execução de parte do Programa de Eletrificação e Irrigação em Comunidades Rurais, especificamente na construção de linha de eletrificação rural nos municípios de Campina Grande do Sul e Mandirituba.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 077/90

DATA: 28 de novembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio, celebrado em 16/01/90, entre o Estado do Paraná, o município de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a realização anual do Festival de Música de Londrina.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio, celebrado, por motivo de urgência, em 16 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, o município de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a realização anual do FESTIVAL DE MÚSICA DE LONDRINA.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 078/90

DATA: 28 de novembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o Termo de Revigoração do convênio celebrado em 25/05/89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro Positivista do Paraná, objetivando o apoio do Estado na realização do "I Simpósio Internacional Positivismo x Humanismo" aprovado pelo Comitê de Eventos do CONCITEC.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC

o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o Termo de Revigoração do convênio celebrado em 25.05.89, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro Positivista do Paraná, objetivando o apoio ao Estado na realização do "I Simpósio Internacional Positivismo x Humanismo", aprovado pelo Comitê de Eventos do CONCITEC.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 079/90

DATA: 28 de novembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI objetivando a realização dos cursos que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ratifica o convênio celebrado em 29 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI, objetivando a realização dos cursos que especifica.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 080/90

DATA: 28 de novembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas - FACICLA, objetivando a realização, pela Faculdade, de curso de "Produção de Textos".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno

a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio celebrado, por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas - FACICLA, objetivando a realização, pela Faculdade, de curso de "Produção de Textos".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 081/90

DATA: 28 de novembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a SANEPAR, objetivando o desenvolvimento tecnológico de reatores anaeróbicos para o tratamento de esgotos e produção de gás metano.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando o desenvolvimento tecnológico de reatores anaeróbicos para o tratamento de esgotos e produção de gás metano.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 082/90

DATA: 28 de novembro de 1990

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados em 29/01/90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da SUCEAM, e os municípios que especificam, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam ratificados os convênios celebrados em 29 de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná, através da

Secretaria de Estado do Desenvolvimento e do Meio Ambiente e da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM e os municípios de Alto Paraná, Assis Chateaubriand, Campo Mourão, Colorado, Cruzeiro do Oeste, Iporã, Douradina, Maria Helena, Munhoz de Mello e Umuarama, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana nos respectivos municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 083/90

DATA: 30 de novembro de 1990

SÚMULA: Dá nova redação ao artigo 39 do Regimento Interno, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Artigo 39 do Regimento Interno fica acrescido do seguinte inciso:

"Art. 39 - . . .

XXI - Assuntos Municipais".

Art. 2º - À Comissão de Assuntos Municipais compete opinar sobre as matérias atinentes aos municípios paranaenses, bem como desenvolver atividades visando promover as comunidades do nosso Estado.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 30.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 084/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados em 12/10/89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa PARANÁ RURAL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam ratificados os convênios celebrados em 12 de outubro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da

Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios de INÁCIO MARTINS (n° 091/89), PITANGA (093/89), JABOTI (n° 086/89) e TEIXEIRA SOARES (n° 087/89), objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa PARANÁ RURAL.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 085/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, e os municípios que especifica, objetivando a manutenção e a proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos, na forma do programa PARANÁ RURAL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam ratificados os convênios entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios:

Municípios	n° e data do Convênio
Marilândia do Sul	082/89 - 12.10.89
Sta. Terezinha do	
Itaipu	083/89 - 12.10.89
Laranjeiras do Sul	090/89 - 12.10.89
Ponta Grossa	092/90 - 12.10.89
Balsa Nova	095/90 - 23.10.89

Objetivando a manutenção e a proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos, na forma do programa PARANÁ RURAL.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 086/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados, anteriormente a 15/10/89, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios que especifica,

objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa PARANÁ RURAL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam ratificados os convênios celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios a seguir mencionados:

Município	n° e data do Convênio
Maringá	011/89 - 14.09.89
Guaraci	032/89 - 18.09.89
Ivaiporã	038/89 - 19.09.89
Manoel Ribas	048/89 - 19.09.89
Nova Aurora	053/89 - 19.09.89
Nova Santa Rosa	055/89 - 19.09.89

objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa PARANÁ RURAL.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 087/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio n° 02/89 - COMEC, já celebrado por motivo de urgência, em 22/12/89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC e o município de Araucária, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação da Av. Archelau de Almeida Torres.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica ratificado o convênio n° 02/89 - COMEC, já celebrado, por motivo de urgência, em 22 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o município de Araucária, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação

da Avenida Archelau de Almeida Torres, na sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 088/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o protocolo de intenções, de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, celebrado por motivo de urgência, objetivando formalizar entre as partes a intenção do Governo Federal em repassar à FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná S/A, recursos federais correspondentes à parcela do capital social da Empresa subscrita pela União.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o Protocolo de Intenções, de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, celebrado por motivo de urgência, objetivando formalizar entre as partes a intenção do Governo Federal em repassar à FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná S/A, recursos federais correspondentes à parcela do capital social da Empresa subscrita pela União.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 089/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio já firmado, em 20/12/89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", objetivando a realização do "Projeto Guaraqueçaba", para propiciar melhoria das condições de vida da população do município de Guaraqueçaba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio já firmado, por motivo de urgência, em 20 de dezembro de 1989, entre o Estado do Pa-

raná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", objetivando a realização do "Projeto Guaraqueçaba", para propiciar melhoria das condições de vida da população do município de Guaraqueçaba.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 090/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o 1º Termo Aditivo firmado em 20/11/89, referente ao convênio celebrado em 20/07/89, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando o agenciamento financeiro do Fundo de Desenvolvimento Urbano.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o 1º Termo Aditivo firmado em 20/11/89, referente ao convênio celebrado em 20/07/89, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando o agenciamento financeiro do Fundo de Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 091/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio já celebrado, por motivo de urgência, em 29/12/89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa científica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio



já celebrado, por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa científica.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 092/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a realização dos cursos que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão - FACIBEL, objetivando a realização dos cursos que especifica.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 093/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o Termo de Cooperação firmado em 17/01/90, entre o Estado do Paraná, através do Secretário de Segurança Pública e do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e o Sindicato dos Transportadores Rodoviários autônomos de Bens do Estado do Paraná, objetivando a inserção da contribuição sindical no Documento Único de Trânsito - DUT.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o Termo de Cooperação firmado em 17/12/89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança e do Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e o Sindicato

dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Paraná, objetivando a inserção da contribuição sindical no Documento Único de Trânsito - DUT.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 094/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa e tecnologia.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio celebrado, por motivo de urgência, em 29 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Fundação Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR, objetivando a realização de projeto de pesquisa e tecnologia.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 095/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio n° 03/89 - COMEC, celebrado em 22/12/89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, e do município de Colombo, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação do acesso ao Jardim das Graças, através da rua Dalprá e rua Angelo Falavinha Dalprá, na sede do referido município.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o convênio n° 03/89 - COMEC, já celebrado, por motivo de urgência, em 22 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e do município de Colombo, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação do acesso ao Jardim das Graças, através da rua Dalprá e rua Angelo Falavinha Dalprá, na sede do referido município.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 096/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o Termo de Ajuste celebrado em 18/01/90, entre a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral e a FASPAR, objetivando a prestação de serviços à SEPL pela FASPAR através da colocação de Guardas Mirins.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica ratificado o Termo de Ajuste celebrado, por motivo de urgência, em 18 de janeiro de 1990, entre a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a prestação de serviços à SEPL pela FASPAR através da colocação de Guardas Mirins.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 097/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fixa remuneração do Governador e do vice-Governador do Estado para o exercício de 1991.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - O Governador do Estado, no exercício financeiro de 1991 perceberá a remuneração igual aos vencimentos do Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Parágrafo Único - O vice-Governador do Estado perceberá remuneração igual aos vencimentos do vice-Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de ca-

ráter pessoal.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 098/90

DATA: 04 de dezembro de 1990

SÚMULA: Dispõe sobre a remuneração dos Deputados à Assembléia Legislativa, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Os Deputados à Assembléia Legislativa do Estado, perceberão, na Legislatura a iniciar-se em 1º de fevereiro de 1991, como remuneração 2/3 (dois terços) do que percebem a qualquer título, os Deputados Federais, que será reajustada nos mesmos índices concedidos aos servidores públicos.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

#### RESOLUÇÃO N° 102/90

DATA: 07 de dezembro de 1990

SÚMULA: Ratifica a decisão do Tribunal de Contas do Estado, proferida no acórdão n° 1476 de 27/06/89, referente à Prestação de Contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - A Comissão de Tomada de Contas, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 5º, parágrafo 2º, da Lei n° 6765, de 26 de dezembro de 1975, resolve:

Ratificar a decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, proferida no Acórdão n° 1476/89, de 27 de junho de 1989, referente à Prestação de Contas da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente



## RESOLUÇÃO N° 103/90

DATA: 07 de dezembro de 1990

SÚMULA: Aprova as Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1988.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - São aprovadas as contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício de 1988.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO N° 104/90

DATA: 07 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, com a interveniência da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE, visando o aproveitamento múltiplo das hidrovias do rio Paraná e do rio Ivaí, com integração do terminal ferroviário de Guaíra.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica ratificado o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Empresa de Portos do Brasil S/A - PORTOBRÁS, com a interveniência da Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - FERROESTE, visando o aproveitamento múltiplo das hidrovias do rio Paraná e do rio Ivaí, com integração do terminal ferroviário de Guaíra.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO N° 105/90

DATA: 07 de dezembro de 1990

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado em 15/12/89, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Marinha, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, objetivando o desenvolvimento dos sub-projetos W09-2046 - GERENCIAMENTO COSTEIRO E 0100 - ZONEAMENTO COSTEIRO, no litoral paranaense.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica ratificado o convênio celebrado em 15/12/89, em Brasília - DF, n° 70090/89, entre o Estado do Paraná e o Ministério da Marinha, com a interveniência da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, objetivando o desenvolvimento dos subprojetos W-09-2046 - GERENCIAMENTO COSTEIRO e 0100 - ZONEAMENTO COSTEIRO, no litoral paranaense.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.90.

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO N° 106/90

DATA: 07 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente-SUREHMA e da Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, e dos municípios que especificam.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução.

Art. 1° - Ficam ratificados os convênios já celebrados, por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e os municípios de Lunardelli - em 31.10.89, Pinhalão - em 31.10.89, Rebouças em 31.10.89, Ribeirão do Pinhal - em 10.10.89, Santo Antônio da Platina - em 10.10.89, Terra Rica - em 10.10.89, Doutor Camargo - em 22.11.89, Marialva - em 08.11.89, Vera Cruz do Oeste - em 05.12.89, Antonio Olinto - em 30.01.90, Mandaguaiçu - em 31.01.90, Mandaguari - em 31.01.90, Faxinal - em 31.01.90, Pinhão - em 15.01.90, São Mateus do Sul - em 31.01.90, São João do Ivaí - em 30.01.90, Uniflor - em 31.01.90, objetivando implantação do sistema de abastecimento de água no meio rural.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.12.90

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

# RESOLUÇÃO N° 107/90

DATA: 07 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Fica ratificado o Termo de Acordo, celebrado em 11.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná - CIEE, objetivando a concessão de oportunidades de estágio supervisionado para estudantes de cursos superiores e/ou médio-profissionalizantes.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica ratificado o Termo de Acordo, celebrado em 11.01.90, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração Empresa Escola do Paraná - CIEE, objetivando a concessão de oportunidades de estágio supervisionado para estudantes de cursos superiores e/ou médio-profissionalizantes.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.12.90

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

# RESOLUÇÃO N° 108/90

DATA: 07 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Fica ratificado o Termo de Acordo, celebrado em 11.01.90, entre a Casa Civil da Governadoria e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a concessão de bolsas de treinamento para estagiários Guardas Mirins.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica ratificado o Termo de Acordo, celebrado por motivo de urgência, em 11.01.90, entre a Casa Civil da Governadoria e a Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, objetivando a concessão de bolsas de treinamento para estagiários Guardas Mirins.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.12.90

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

# RESOLUÇÃO N° 109/90

DATA: 07 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas

de Rodagem, objetivando a manutenção ou implantação de trechos de estradas nos municípios que especificam.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Ficam ratificados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, objetivando a manutenção ou implantação de trechos de estradas nos municípios de:

Município	n° e data do convênio
Matelândia	084/89 - 12.10.89
Vera Cruz do Oeste	094/89 - 17.10.89
Palmeira	104/89 - 26.12.89
Castro	107/89 - 26.12.89
Querência do Norte	109/89 - 26.12.89
Itaguapé	111/89 - 26.12.89
Salto do Itararé	112/89 - 26.12.89
Cambará	113/89 - 26.12.89
Missal	116/89 - 26.12.89
Irati	118/89 - 26.12.89
Pinhão	120/89 - 26.12.89
Jardim Alegre	121/89 - 26.12.89

e o convênio n° 65/89, de iguais objetivos, celebrado com o município de SERTANEJA, em 19 de setembro de 1989, antes, portanto da promulgação da atual Constituição do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.12.90

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

# RESOLUÇÃO N° 110/90

DATA: 07 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Fica ratificado o convênio celebrado em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Movimento de Ação Ecológica - MAE, visando a promoção de atividade de educação ambiental, durante a "Operação Verão 90", no litoral paranaense, e ao termo aditivo de 09.02.90.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3° do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1° - Fica ratificado o convênio celebrado em 26.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e o Movimento Ecológico - MAE, visando a promoção de atividades de educação ambiental, durante a "Operação Verão 90" no li-

09.02.90.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.12.90

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO N° 111/90

DATA: 07 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Ficam ratificados os convênios, já celebrados por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os municípios de Astorga em 20.02.90, Foz do Iguaçu em 22.02.90, Missal em 22.02.90 e Toledo em 22.02.90, objetivando manutenção e reparo dos veículos, instalações e equipamentos da Polícia Civil e Polícia Militar nos respectivos municípios.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam ratificados os convênios, já celebrados por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os municípios de Astorga - em 20.02.90, Foz do Iguaçu - em 22.02.90, Missal - em 22.02.90 e Toledo - em 22.02.90, objetivando manutenção e reparos dos veículos, instalações e equipamentos da Polícia Civil e Polícia Militar nos respectivos municípios.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.12.90

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO N° 112/90

DATA: 07 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Ficam referendados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os municípios que especificam, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa PARANÁ RURAL.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam referendados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos

de Rodagem e os municípios adiante relacionados, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos existentes e a serem construídos na forma do Programa PARANÁ RURAL:

Município	N° e data do Convênio
Astorga	021/89 - 18.08.89
Catanduvas	025/89 - 18.08.89
Cianorte	027/89 - 18.08.89
Doutor Camargo	031/89 - 18.08.89
Sarandi	064/89 - 19.09.89
Itambé	037/89 - 19.09.89
Japurá	041/89 - 19.09.89
Mandaguaçu	045/89 - 19.09.89
Mandaguari	046/89 - 19.09.89
Marialva	050/89 - 19.09.89
Paíçandu	056/89 - 19.09.89
Pres.Castelo Branco	059/89 - 20.09.89
Toledo	067/89 - 19.09.89
Bom Sucesso	070/89 - 19.09.89
São Pedro do Ivaí	071/89 - 19.09.89
Jacarezinho	077/89 - 02.10.89

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.12.90

(a) ANIBAL KHURY  
Presidente

## RESOLUÇÃO N° 113/90

DATA: 07 de dezembro de 1990.

SÚMULA: Ficam referendados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da SUREHMA e da SANEPAR e os municípios que especificam, objetivando implantação do sistema de abastecimento de água no meio rural.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 73 da Constituição Estadual, CC o § 3º do Artigo 127 do Regimento Interno a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam referendados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR e os municípios adiante nominados, objetivando implantação do sistema de abastecimento de água no meio rural.

Município	Data da Celebração
Assis Chateaubriand	11.07.89
Antonio Olinto	30.08.89
Cerro Azul	31.08.89
Lobato	15.08.89
Sto.Antonio da Platina	15.08.89
Terra Rica	15.08.89
Apucarana	29.09.89
Cascavel	29.09.89
Corbélia	29.09.89

Conselheiro Mairinck	29.09.89
Pérola do Oeste	29.09.89
Tibagi	28.09.89
Toledo	29.09.89
Santa Inês	29.09.89

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 07.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.ª LEGISLATURA  
ATA DA 114.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 1990  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Cáfeto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Raul Lopes, Renato Adur, Sabino Campos e Vera Agibert (40). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Werner Wanderer, Algaci Túlio, Cândido Bastos, David Cheriegate, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Haroldo Rodrigues Ferreira, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Rafael Greca e Valderi Mendes Vilela (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGEM Nº 229/90

Curitiba, 12 de dezembro de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar em 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, cuja implantação obedecerá ao escalonamento que especifica. Visa ainda reajustar no mesmo percentual e forma de implantação, as vantagens remuneratórias que menciona.

A proposta de reajuste ora encaminhada a essa augusta Casa de Leis, atendendo a data base, visa recompor os salários do funcionalismo com base na defasagem salarial existente, tendo em vista os índices de inflação, ocorridos no período de janeiro a dezembro de 1990.

Considerando que até o mês de fevereiro do corrente ano todos os índices devidos foram zerados, conforme orientação do governo federal, por ocasião do "Plano Brasil Novo", o índice proposto para correção da data-base, considera as inflações ocorridas de maio a dezembro de 1990.

Quanto às inflações de março e abril o governo estadual vem adotando o índice de 52% como percentual para esses dois meses.

Desta forma, o índice devido na data-base (janeiro), considerando o IPC acumulado no período e deduzidas as antecipações salariais é de 185,22%, já incluído o percentual de 6% de produtividade concedido às demais empresas do Estado.

Para fins deste cálculo a inflação de dezembro/90 foi estimada em 19%.

A aplicação deste percentual sobre a remuneração percebida pelos servidores elevaria o total da folha de pagamento dos órgãos estaduais que pagam seus servidores com recursos do Tesouro Geral do Estado, de Cr\$ 12,7 bilhões para Cr\$ 33,6 bilhões contra uma arrecadação de impostos prevista de Cr\$ 16,0 bilhões para o mês de janeiro de 1991.

Com a preocupação, a nível nacional, da existência de "recessão casada com inflação", que leva à diminuição da receita com o aumento de despesas e, tendo em vista a obrigação do Estado em manter seus compromissos em dia, há necessidade de que o percentual de 185,22% seja concedido e efetivamente pago de acordo com as possibilidades de desembolso do Tesouro Geral do Estado. Se isto não ocorrer, o quadro que se espera é o mesmo que se apresenta

em outros Estados da Federação nos quais não há recursos para o pagamento do 13º salário de 1990, onde se congelam os salários, onde se efetiva o pagamento mensal dos servidores em parcelas.

Diante deste quadro e, cumprindo o previsto na Constituição Estadual de efetuar o pagamento dos servidores até o último dia do mês, é que se propõe que a concessão do percentual de 185,22%, relativo ao zeramento da data-base, referente ao período de janeiro a dezembro de 1990, seja efetuado na forma escalonada conforme consta do anteprojeto de lei, em anexo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

#### PROJETO DE LEI Nº 633/90

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivo, em comissão e funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos postos e graduações dos servidores militares, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, ficam reajustados em 185,22% (cento e oitenta e cinco vírgula vinte e dois por cento), cuja implantação obedecerá ao seguinte escalonamento:

I - a partir de 1º de janeiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em dezembro de 1990;

II - a partir de 1º de fevereiro de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em janeiro de 1991;

III - a partir de 1º de março de 1991, 20% (vinte por cento) sobre os valores vigentes em fevereiro de 1991;

IV - a partir de 1º de abril de 1991, 28,5% (vinte e oito vírgula cinco por cento) sobre os valores vigentes em março de 1991; e

V - a partir de 1º de maio de 1991, 28,45% (vinte e oito vírgula quarenta e cinco por cento) sobre os valores vigentes em abril de 1991.

Art. 2º - Ficam também reajustados, nos mesmos índices e datas fixados no artigo anterior:

I - os valores das gratificações de produtividade e de representação de gabinete;

II - o vencimento atribuído aos cargos de Secretário de Estado, Chefes das Casas Civil e Militar e Procurador Geral do Estado;

III - o valor do salário-família por dependente legal e o valor das pensões especiais; e

IV - o valor da gratificação de regência de classe.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante Decreto, fixar as tabelas de vencimentos e salários, relativas à presente lei.

Art. 4º - Fica também, o Poder Executivo autorizado a, por Decreto, conceder reajustes, a título de antecipações salariais, aos servidores públicos civis e militares da Administração Direta e das Autarquias, inclusive aposentados, reformados e pensionistas, bem como aos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 5º - A data-base de reajuste dos servidores da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo passa a ser 1º de junho.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com os efeitos financeiros previstos no artigo 1º, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO Nº 2851

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, regime de urgência para ao Projeto de Lei nº 376/89, que propõe a concessão do título de cidadão benemérito do Paraná ao Senhor Sérgio Prosdócimo.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

##### REQUERIMENTO Nº 2869

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência e a constituição da Assembléia em Comissão Geral para apreciação e para parecer ao Projeto de Lei nº 628/90, que concede título de cidadão honorário ao Senhor José Divino da Rocha, na próxima Sessão Plenária, às 14:30.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) RUBENS BUENO.

Apoio: Raul Lopes, Basílio Zanusso, Nelson Vasconcellos, Pedro Tonelli e 01 ilegível.

##### REQUERIMENTO Nº 2858

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ao PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 102/90, que autoriza a realização de plebiscito com vistas à criação do município de SÃO JOSÉ DO IVAÍ, desmembrado do município de SANTA ISABEL DO IVAÍ, item 41, da ORDEM DO DIA de hoje.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

REQUERIMENTO N° 2870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 364/90, que autoriza o Poder Executivo a fixar percentual para a taxa de esgoto.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO N° 2855

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO N° 2859

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, com o conseqüente envio na forma de sugestão ao Poder Judiciário, do Projeto de Lei n° 589/90.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2860

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 10 sessões, do Projeto de Lei n° 364/87, em 1.ª discussão na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2861

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 02 (duas) sessões, do Projeto de Lei n° 602/90, em 1.ª discussão na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2862

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 10 sessões, do Projeto de Lei n° 611/90, em 1.ª discussão na Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 2871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia por tempo indeterminado os seguintes Projetos de Lei n°s 547/90 e 625/90.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) RENATO ADUR.

REQUERIMENTO N° 2863

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral para apreciação e parecer ao Projeto de Resolução n° 114/90, que autoriza a realização de plebiscito em Corbélia, para que a população decida sobre a criação do município de IGUATU.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) MÁRIO PEREIRA.

REQUERIMENTO N° 2864

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral e conferir regime de urgência, de acordo com o art. 35 do Regimento Interno, ao Projeto de Lei n. 626/90, que versa sobre a criação da Região Administrativa de Dois Vizinhos, e que o mesmo seja incluído na sessão do dia 13 de dezembro, às 14:30 horas.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Apoiamento:

Haroldo Rodrigues Ferreira.

REQUERIMENTO N° 2867

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n. 627/90, que autoriza o Poder Executivo a lotear e proceder doações conforme especifica.



Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) GERNOTE KIRINUS

## REQUERIMENTO N° 2838

Senhor Presidente.

Rafael Greca, Deputado Estadual que este subscreve, pede à egrégia Assembléia, sejam convocados, para falar sobre o tema "extinção do BADEP", dia 13, quinta-feira próxima, em caráter de urgência, às pessoas a seguir nominadas:

Dr. Adelino Ramos, Secretário de Estado da Fazenda;

Dr. Carlos de Almeida Ferreira, Presidente do BADEP e do BANESTADO;

Um representante dos técnicos do BADEP, designado pela sua associação;

Dr. Celso Sabóia, ex-Presidente;

Dr. Carlos Alberto Pereira de Oliveira e Dr. Wilson Thiessen, membros do Conselho de Administração.

Sala das Sessões em 12.12.90.

(a) RAFAEL GRECA

## JUSTIFICATIVA:

Nenhuma matéria é de maior gravidade, nem de mais relevante interesse público que a extinção do BADEP e a sobrevivência do próprio sistema financeiro estadual.

De uma maneira simplista poder-se-ia explicar a extinção do BADEP como a liquidação da única "fábrica de unidade geradores de ICMS" de que o Paraná dispõe.

A comunidade técnica e empresarial foi surpreendida na semana por declarações do Governador eleito anunciando a extinção do BADEP.

O Governador eleito, Dr. Roberto Requião de Mello e Silva, merece ter toda a Assembléia - independentemente de partidos políticos - como aliada sua nas causas paranasistas.

Não pode ser abandonado solitário à sua responsabilidade pública de bem comum. Também não pode ser mal informado. Teriam procedência os rumores - nesta segunda-feira de que aventou-se a transferência do prédio sede do BADEP ao BANESTADO, numa clara espoliação do patrimônio do Banco, passando por cima de outros credores seus, numa tentativa de fraude aos direitos destes credores "privilegiados por lei"?

Têm procedência as notícias de que o aval do Governador do Paraná ao empréstimo feito ao BADEP - pelo Banco Central do Brasil - quando da liquidação do BRDE (no valor de 60 milhões de U\$S norte-americanos de então, e de 14 bilhões e 500 milhões de cruzeiros hoje) daria ao mesmo Banco Central poderes para passar a confiscar ICMS do Estado, retendo-o? Ou então, de autorização ao mesmo BC para débito na conta de "reserva bancária do Banestado" com grave risco para o nosso Banco?

É verdade que o BADEP atrasou - com a atual situação política - o recolhimento

ao BNDES de parte de seus compromissos?

É verdade que o Banestado teve bloqueados seus créditos no mesmo BNDES, por causa da atual situação?

É verdade que o Paraná estará deixando de receber Cr\$ 1 bilhão e 200 milhões por mês do sistema FINAME/BNDES?

É verdade que se inviabiliza - em persistindo o atual estado de coisas - a solução para o problema da Cidade Industrial de Curitiba - que não representaria qualquer endividamento para o Governo Estadual - (solução segundo a qual, após incansáveis negociações entre a Prefeitura de Curitiba e o Governo do Paraná, o resgate da "dívida" dar-se-ia em 40% assumidos pelo município capital e 60% pelo Estado, já com o assentimento do Banco Central do Brasil?

Como ficaria o desenho do sistema financeiro estadual sem o BADEP?

Que respeito se está tendo com a sociedade paranaense e com este Poder, no momento em que se golpeia, à sorrelfa, uma instituição criada por lei estadual com o nome de Companhia de Desenvolvimento do Estado - CODEPAR - e, por lei estadual transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP"?

É imperioso para a democracia e o bem-comum do Paraná o debate urgente do tema.

## REQUERIMENTO N° 2856

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja consignada nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Olímpio Daniel, ocorrido na municipalidade de Sertãoópolis.

Pela bravura de seus pioneiros que enfrentaram com garra diversas dificuldades diante de uma inóspita região, a população de Sertãoópolis guarda com grande orgulho e respeito o seu passado. A herança cultural forma firmes pilares que sustentam o presente e constituem indispensável base para o futuro.

Sertãoópolis de tantos feitos, sensível à tradição, tem para consigo um sentimento muito forte, latente, a pulsar dentro de cada habitante ali nascido ou criado sob a aurora da decência e do entrelaçamento de seus filhos que integram uma única família.

Mas Sertãoópolis está triste, perdeu o Olímpio Daniel. São 67 anos de convivência que criou fortes laços de uma peculiar amizade. Traço marcante de um tempo que certamente seria outro, se lá não viesse para ficar Olímpio Daniel, que representou o perfil da gente setanopolense, trabalhadora e hospitaleira. Ele chegou com seis

anos, 1923, antes mesmo da emancipação do Município, que ocorreu em 1934. Inicialmente trabalhou numa fazenda de café, logo ficou na cidade, trabalhando em hotel, quando desenvolveu as artes culinárias, tornando-se um exímio cozinheiro. Foi também tintureiro e massagista até antes de morrer, desempenhando a sua profissão com inigualável esmero.

Fica a história, composta de fatos que influenciaram positivamente, cujos exemplos de dignidade e honradez serão sempre lembrados com profunda admiração, continuando a inspirar uma comunidade que por ele mereceu sempre o carinho e a dedicação.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO N° 2865

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente sessão, votos de congratulações e o envio de cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor Waldomiro Maia, digníssimo Prefeito Municipal de Ortigueira, pela data que assinala a 14 de dezembro do ano em curso, a passagem do 38° Aniversário de instalação daquele promissor Município paranaense.

Requer, ainda, que as manifestações em apreço, sejam extensivas aos Senhores: Nelson Espaki, mui digno Vice-Prefeito Municipal; Vereador Arlindo da Silva Silvestre, digníssimo Presidente da Câmara Municipal e demais membros integrantes daquele Legislativo; Dr. José Laurindo Souza Neto, Meritíssimo Juiz de Direito; Dr. Mauro José de Castro, Mui Digno Promotor de Justiça daquela Comarca e demais autoridades representativas.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência àquelas autoridades através da prefeitura Municipal de Ortigueira.

Sala das Sessões, em 12.12.90

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

A presente propositura tem por objetivo expressar o regozijo e os cumprimentos a toda comunidade e àqueles que, de uma forma ou de outra, pela labuta e esperança adotaram Ortigueira como sua terra-mãe, aos quais, rendemos hoje a nossa homenagem, compartilhando o mesmo júbilo e satisfação.

Queremos registrar aqui, alguns dados importantes, que fazem da história de Ortigueira, uma significativa partícula da própria história do Paraná, defendida no heroísmo de pessoas como os sertanejos Adolfo Alves de Souza, Domiciano Cordeiro dos Santos e Marcílio Rodrigues de Almeida, cuja bravura e feitos culminaram com a

criação do município de Ortigueira (Lei Estadual n. 790, de 14 de novembro de 1951), com território desmembrado dos municípios de Tibagi e Reserva, sendo solenemente instalado a 14 de dezembro de 1952. Na mesma ocasião, foi empossado o primeiro Prefeito Municipal, eleito pelo povo, bem como instalada a primeira Câmara de Vereadores.

#### REQUERIMENTO N° 2872

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, votos de congratulações à FAMOPAR (Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposta justifica-se diante da inauguração da sede da FAMOPAR, eleição da sua diretoria e, principalmente, pelo trabalho extraordinário que vem desenvolvendo junto às entidades engajadas no movimento comunitário do nosso Estado.

Tendo como presidente o Senhor Antônio Gomes da Silva, de Colombo, a nova diretoria conta, ainda, com nomes de grande respeito e que são verdadeira garantia de um trabalho sério e dedicado frente à entidade em questão.

Que este Voto represente os nossos cumprimentos aos eleitos e, sobretudo, nosso sincero desejo de que os objetivos almejados sejam efetivamente alcançados.

Que do teor do presente, dê-se ciência aos homenageados.

#### REQUERIMENTO N° 2857

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor João Cândido Cunha Pereira, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, solicitando em caráter urgente a realização de uma auditoria junto à Prefeitura do Município de São José dos Pinhais, neste Estado.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

#### Projetos de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 207/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área com os limites adiante descritos, no município de Paíçan-

du, para que a população decida sobre a criação do Município de Água Boa.

PONTO INICIAL e FINAL - Foz do Ribeirão Chapecó no Ribeirão Bandeirante do Sul.

DESCRIÇÃO - Do Ponto inicial, sobe pelo Ribeirão Chapecó (divisa intermunicipal com Ourizona) até encontrar a linha de divisa intermunicipal com Paçandu; segue por esta divisa em linha reta e seca sentido Norte Sul cortando o Lote n° 14 e passando pela divisa dos Lotes n° 176, 83 131 (inclusive) e 82, 130 (exclusive) até o Córrego do Fugitivo; desce por este até sua Foz no Ribeirão Bandeirantes do Sul; sobe por este até Córrego Babaçu; Córrego Babaçu até a divisa dos Lotes 433, 426, 31 (inclusive) e 444, 434, 427 e 30 (exclusive); pela divisa dos lotes retro citados sentido Norte Sul até a nascente do Córrego Calixto; Córrego Calixto até sua Foz no Ribeirão Paçandu (divisa intermunicipal com Ivatuba); deste ponto por linha reta e seca sentido Leste Oeste (divisa Intermunicipal com Doutor Camargo) cortando os Lotes 48, 92, 100 e 111 até a Estrada Graças a Deus; deste ponto, por linha reta e seca sentido Leste-Oeste, passando pela divisa do lote 257 (inclusive) até a nascente da Água do Corote; Água do Corote, até sua Foz no Ribeirão Bandeirantes do Sul; desce por este até a Foz do Ribeirão Chapecó, ponto inicial e final.

PARÁGRAFO ÚNICO - A área territorial urbana da sede do Município de Água Boa, criado pela Lei n° 9.406/90 de 05 de outubro de 1990, obedece às divisas que especifica, conforme memorial abaixo descrito:

#### LIMITE DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA.

Inicia-se no cruzamento da rua Nova Esperança com a divisa do pátio da Estação Ferroviária e os Lotes 318 a 321 e 323, e pela divisa do pátio da Estação Ferroviária e os Lotes 318 a 321 e 323 até atingir a Rua Florai, seguindo por esta até a Avenida Bandeirantes, e por esta até a divisa das Quadras 8, 9, 24 e 25 e os Lotes 324 a 327, e seguindo por esta divisa até a Rodovia Engenheiro Osvaldo Pacheco de Lacerda (PR-323), pela Rodovia Engenheiro Osvaldo Pacheco de Lacerda (PR-323), até a divisa das Quadras 32, 17, 16 e 1, e os Lotes 311 a 314, e por esta divisa até atingir a Avenida Bandeirantes, e por esta até a Rua Nova Esperança; pela Rua Nova Esperança até o cruzamento com a divisa do pátio da Estação Ferroviária e os Lotes 318, 321 e 323, ponto inicial e final.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 208/90

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área com os limites adiante descritos, no município de Paranavaí, para que a população decida sobre a criação do município de Graciosa.

#### LIMITES DE CONFRONTAÇÕES:

Com o Município de Paranavaí - Começa na Estrada Velha de Guairacá no ponto de cruzamento com a estrada de divisa entre os municípios de Guairacá e Paranavaí; segue por esta estrada velha (no sentido leste) contornando o povoado de Piracema; deste ponto, segue pela estrada Nova Londrina (antiga 301), até tocar o ponto de divisa entre os lotes n°s 57 e 60; deste ponto, segue em linha reta no sentido geral Norte-Sul, entre os lotes n°s 138 e 139 até a estrada divisória 511, ponto de divisa com o município de Tamboara.

Com o Município de Tamboara - começa no ponto acima descrito, na estrada divisória 511; segue por esta até seu cruzamento com a Estrada PR- 561, divisa com o Município de Nova Aliança do Ivaí.

Com o Município de Nova Aliança do Ivaí - Começa no ponto acima descrito, na estrada PR-561; segue por esta no sentido Norte até o seu cruzamento com a estrada municipal Lemes Ferreira até o ponto de divisa com o Município de Mirador;

Com o Município de Mirador: Começa no ponto acima descrito na estrada Lemes Ferreira, segue por esta até a estrada PR- 218 no Povoado José Afonso; daí segue pela referida estrada PR- 218 até a ponte sobre o Rio da Paixão, ponto de divisa com o Município de Amaporã;

Com o Município de Amaporã - Começa na ponte sobre o Rio da Paixão, sobe por este até sua nascente, ponto de divisa com o Município de Guairacá;

Com o Município de Guairacá - Começa na cabeceira do Rio da Paixão, segue por este até tocar no ponto de divisa entre os lotes 07 e 08, segue por esta divisa até a estrada divisória entre os municípios de Guairacá e Paranavaí; segue pela referida divisa até o ponto de cruzamento com a Estrada Velha de Guairacá, ponto inicial e final.

#### LIMITE DESCRITIVO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE GRACIOSA:

##### LIMITES DE CONFRONTAÇÕES:

Começa no cruzamento das ruas (avenida) João Selhorst e Santos Dumont segue por esta até o cruzamento com a Rua Candoi; segue pela Rua Candoi até o cruzamento da Rua D. Atico Euzébio da Rocha; segue pela rua D. Atico Euzébio da Rocha até o cruzamento da rua Guarânia; segue pela rua

Guarânia, até o cruzamento da Rua Manoel Gonçalves; segue pela Rua Manoel Gonçalves até o cruzamento da avenida João Selhorst; segue pela avenida João Selhorst até o cruzamento da Rua Santos Dumont, ponto inicial e final.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 632/90

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba parte regularizada da área situada no Município de Curitiba, bairro do Bacacheri, com aproximadamente 198.776,00 m<sup>2</sup> (cento e noventa e oito mil, setecentos e setenta e seis metros quadrados), de que trata a Lei nº 8.851, de 25 de julho de 1988, publicada no Diário Oficial do Estado nº 2.821, de 26 de julho de 1988.

Parágrafo Único - O imóvel de que trata este artigo será exclusivamente destinado à implantação do projeto "Cidade da Fraternidade", com a finalidade de prestar assistência aos idosos e às crianças, com atendimento global de todas as suas necessidades bio-psicossociais, em sistema integrado revertendo automaticamente ao patrimônio do Estado caso lhe seja dada outra destinação.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, ao propor a doação à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba de parte de uma área do patrimônio do Estado, se reveste de inigualável relevância, sobretudo, social, uma vez que se pretende abrigar, em tal local, a "Cidade da Fraternidade", projetada por aquela Instituição.

O projeto "Cidade da Fraternidade" objetiva prestar assistência aos idosos e às crianças, com atendimento global de todas as suas necessidades bio-psicossociais, em sistema integrado, tendo em vista as obrigações impostas ao Estado e à sociedade de promoverem o bem-estar da população em geral.

Ademais, é preciso lembrar do trabalho secular que a Santa Casa de Curitiba desenvolve, com a qual todos nós temos uma grande dívida e a obrigação de prestar

apoio quando se trata da manutenção ou ampliação de suas atividades filantrópicas em favor do povo mais humilde.

Esta, a nossa justificativa ao projeto que pretende doar uma área de propriedade do Estado, sem utilização específica, a uma das suas mais respeitadas entidades e em favor inquestionável de seu povo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há expediente a ser lido.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Ilustre e Nobre Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados: (Lê):

"Constante na Ordem do Dia de hoje, dois Projetos de Lei, a serem objetos de criteriosa análise por parte desta Casa, merecem que aqui ressaltemos a sua indiscutível relevância para um importante segmento do funcionalismo público estadual, o Departamento Penitenciário.

Em segunda discussão, o Projeto de Lei nº 527/90 oriundo do Poder Executivo (Mensagem nº 182/90), cria 352 empregos de Agente de Reclusão II no quadro de pessoal CLT.

Há muito distanciada das condições mínimas sob o aspecto administrativo e funcional, a estrutura vigente se caracteriza sobretudo pelo modo precário como ela é exercida. Enquanto Secretário da Justiça, Trabalho e Ação Social, convivemos intimamente com a problemática do Agente de Reclusão, cujo número ínfimo contrastava com o agigantamento do sistema penitenciário, ampliando-se cada vez mais essa lacuna entre a realidade e a necessidade.

Em inúmeras ocasiões, dirigimo-nos à Secretaria da Administração, órgão competente constitucionalmente para, através de parecer, assegurar a ampliação do referido quadro funcional.

No entretanto, sob a alegação das despesas que tal medida implicaria naqueles instantes, vimos momentaneamente frustradas as legítimas aspirações dos seus servidores.

Sem esmorecer e principalmente pela cobrança dos organismos de representação associativista e sindical, vê-se que os esforços não foram em vão, mas, ao contrário, se materializam com o presente plano de lei, corrigindo uma injustiça tamanha, porque não dizer perniciosa.

Outro projeto de lei, o de nº 608/90, em terceira discussão, cabe-nos fazer menção.

Reconhecidamente, o desempenho das funções dos que formam o corpo do Sistema Penitenciário, se dá no contato direto ou indiretamente, com elementos da mais alta periculosidade.

Os riscos no encaminhamento administrativo por parte daqueles que se inserem nas unidades penais, ocorrem em um clima que, queiramos ou não, representa grandes perigos, em um ambiente de permanente tensão, na iminência de tumultos ou até mesmo rebeliões, sendo o funcionário sempre um potencial refém com sua vida ameaçada.

Desta forma, Senhores Presidente e Deputados, temos a incumbência de resgatar, através da fixação em 150% sobre o seu vencimento básico, a dignidade daqueles que atuam no sistema penitenciário, reconhecendo, se não total ao menos em grande parte a delicada e imperiosa missão que no dia-a-dia ensejam com o mais elevado profissionalismo.

Agradeço, sobretudo, o trabalho também constante sobre esses dois planos de lei do Deputado Erondy Silvério, que prestigiou e fez com que se tornasse realidade essa proposta".

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Não há oradores inscritos.

Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

(Todas as Lideranças declinam)

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 229/90, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva reajustar os níveis de vencimentos do funcionalismo público estadual. - À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projetos de resolução, em número de dois, de autoria do Sr. Deputado Antônio Bárbara, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação ao Projeto de Resolução nº 102/90. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 364/90. - Rejeitado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 102/90, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, com vistas à criação do município de SÃO JOSÉ DO IVAÍ, desmembrado do Município de Santa Isabel do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, qual é o item da pauta do 102/90, com preferência votada?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Item 41, folha 08 do avulso.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/90

PARECER:

O projeto de resolução em questão, de autoria do nobre Deputado Eduardo Baggio, vem pretender a autorização para realização de plebiscito na área específica, com vistas à criação do Município de São José do Ivaí, desmembrado do Município de Santa Isabel do Ivaí.

Sob o aspecto constitucional, a matéria merece o apoio desta Casa de Leis, pois nada existe que possa prejudicar a aprovação da mesma.

Esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente pela presente proposta, dadas as razões supra citadas.

Neste sentido, somos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 102/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente  
LAURO LOBO ALCANTARA - Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 40/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que regulamenta a utilização de transporte coletivo urbano e das regiões metropolitanas, gratuitamente, por portadores de deficiências físicas, sensoriais ou mentais. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 03, de 20.02.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 242/90, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que autoriza o Poder Executivo a criar a Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Bandeirantes. - Aprovado. (Publ. no D.A. nº 41, de 19.04.90).

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 585/90, de autoria do PODER EXECUTIVO

(Mensagem n° 208/90), que aprova crédito suplementar, alterando o Orçamento Geral do Estado de 1990. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143, de 27.11.90).

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 54/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 31/90), que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita à União Federal, através do Tribunal Regional do Trabalho, imóvel do Estado localizado no Município de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 194/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 72/90), que autoriza aquele Poder a doar ao Município de Castro, um imóvel medindo 12,10 hectares e benfeitorias nele existentes, no mesmo Município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 203/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 76/90), que autoriza aquele Poder a doar ao Município de Campo Mourão, a área de terras que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 292/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 97/90), que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita à FUEM (Fundação Universidade Estadual de Maringá), imóveis localizados no Município de Cianorte, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 385/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 115/90), que autoriza aquele Poder a mediante escritura pública, transferir à Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, a título de aumento de capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 454/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 158/90), que autoriza aquele Poder a ceder, em caráter de utilização gratuita ao Município de Rio Negro, o imóvel pertencente ao Estado do Paraná, localizado naquele Município. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 461/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que institui a região metropolitana de Pato Branco e dá outras provi-

dências. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 465/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 151/90), que altera a estrutura organizacional básica da Polícia Civil do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 466/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 152/90), que altera a redação do Art. 290 da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, alterado pela Lei Complementar n° 19, de 29.12.83. (Quadro de Pessoal da Polícia Civil). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 467/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 157/90), que regulariza a situação dos inativos no cargo de guarda civil da extinta Guarda Civil, assegurando-lhes proventos equivalentes à 4.<sup>a</sup> Classe da carreira de agente de segurança do Quadro de Pessoal da Polícia Civil. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 579/90, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que cria o Município de IARANJAL, desmembrado do Município de Palmital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 581/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS DATILOSCOPISTAS DO ESTADO DO PARANÁ - ADEP, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 590/90, de autoria do Deputado JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA DE PATO BRANCO. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 604/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 219/90), que altera, a partir de 1° de novembro de 1990, na forma do anexo desta lei, a tabela de vencimentos de que trata o Anexo I da Lei n° 9341, de 18.07.90, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 605/90, de autoria da PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (Of. n° 1154/90), que concede



aos ocupantes dos cargos de nível universitário do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a gratificação de responsabilidade técnica prevista pela Lei n° 9049, de 06.07.89. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 607/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 222/90), que aprova créditos suplementares, alterando o orçamento geral do Estado, para os órgãos da administração direta e indireta, no valor de Cr\$ ..... 103.624.924,00, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 608/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 221/90), que fixa em 150% (cento e cinquenta por cento) sobre o vencimento básico, a gratificação dos servidores em exercício no Departamento Penitenciário do Estado, pelo exercício em determinadas zonas ou locais, previstos no artigo 172, item X da Lei n° 6174, de 16.11.70 e referidos no artigo seguinte. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 619/90, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n° 224/90), que reestima a receita de recolhimento centralizado e aprova créditos suplementares, alterando os orçamentos da chefia do Poder Executivo e da Administração Geral do Estado - recursos sob supervisão da SEFA e retifica código constante do Anexo I, da Lei n° 9451, de 29.11.90. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 181/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Nova Aurora, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de PALMITÓPOLIS. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 190/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 132/90, ex-Proposição n° 126/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 191/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Men-

sagem n° 131/90, ex-Proposição n° 125/90), que autoriza o Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com a SANEPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 193/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 138/90, ex-Proposição n° 131/90), que autoriza o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a celebrar convênio com o CEFET, objetivando a realização dos projetos constantes no anexo do referido convênio. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 194/90, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS (ex-Proposição n° 169/90), que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná referente ao exercício de 1989. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Tendo em vista que nem o Deputado Erondy Silvério e nem o Deputado Cândido Bastos apresentaram as contas, eu continuo votando contrário a prestação de contas do exercício 89.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Devidamente anotado o voto de V.Exa.

2.<sup>a</sup> discussão do Projeto de Lei n° 260/90.

O SR. NEREU MASSIGNAN - O meu também.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Do Deputado Nereu Massignan também será anotado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 260/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 92/90), que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 291 da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, acrescido pela Lei Complementar n° 48, de 21.12.89 (delegado de polícia). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 260/90

PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 92/90, tem por finalidade dar nova redação ao parágrafo único do art.281, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, acresci-

do pela Lei Complementar n° 48, de 21 de dezembro de 1989.

Sob o aspecto constitucional, legal e regimental, nada há que impeça sua votação.

Assim sendo esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente;

LAURO LOBO ALCANTARA - Relator.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 266/90, de autoria dos Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, que estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto de arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e comunicação - ICMS. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

1 Há Emendas. (Publicadas em Avulso).

O SR. MÁRIO PEREIRA - (Para encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós apresentamos em abril deste ano um projeto, assinado por mim e pelo Deputado Caíto Quintana, que modifica os critérios para determinação do índice de distribuição do ICM para os municípios, da cota dos municípios.

Em 1986 o Deputado Nilso Sguarezi num projeto chamado Emenda 17, pois se tratava da Emenda 17 da Constituição anterior que procurou alterar os critérios que determinavam a definição do índice para distribuição de ICMS a cada um dos municípios do Paraná, em função de uma perda gradativa de ICMS dos municípios que se dedicam à produção primária que é a grande maioria dos municípios do Paraná se dedicam à agricultura. Cada vez mais em função de política de preço do governo federal, em função de industrialização do Paraná, a participação no bolo do ICMS da agricultura vem caindo. O Estado se industrializa através da agroindústria e os municípios que se dedicam a agricultura e pecuária e que garantem a manutenção do crescimento do parque agroindustrial do Estado são cada vez mais penalizados.

Em função disto, em 86, mudaram-se os critérios. Mas em função de mudanças havidas na Constituição Federal, na repartição dos tributos, a situação que havia sido melhorada para os pequenos municípios em 86 voltou à situação anterior a 86, tendo os municípios pequenos cada vez mais dificuldades em administrar.

Nós, que somos Deputados do Interior, que andamos por este Paraná, sentimos que os municípios pequenos têm o Fundo de Par-

ticipação Federal e o ICMS como as suas únicas receitas. Não é possível que um município, por exemplo - para não citar um município da minha região, mas citar um município de Norte do Estado -, como Centenário do Sul, com uma população em grande parte de bóias-frias, cobrar IPTU, pois todo o instrumental necessário para a cobrança seria mais caro do que o resultado da arrecadação do imposto.

Cidades maiores, como Londrina, Curitiba, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, têm no IPTU uma grande fonte de arrecadação, pois um edifício aqui em Curitiba, num conjunto residencial, muitas vezes, habita uma população muito maior do que de muitos municípios do Paraná que têm a sua população dispersa em todo o território, e que a municipalidade tem que atender com estradas, com pontilhões, com acessos, mas que garantem a produção agrícola e o crescimento industrial das cidades-pólo.

Essa situação que vem se agravando é que originou o movimento da Associação dos Municípios do Paraná, com a iniciativa, aliás, do Prefeito de Vera Cruz do Oeste, Alceu Gonzato, em reestudar esses critérios de definição de índices para distribuição do ICMS.

O Deputado Caíto e eu, procurados, passamos a estudar a matéria e, em abril, apresentamos um projeto. Mas é evidente que, com a eleição havida neste ano, a Casa não pôde se dedicar ao estudo desse projeto que nós mesmo reconhecemos que havia algumas distorções e que poderiam ser melhoradas, admitindo-se evidentemente emendas que aprimorassem e tornassem mais justa a distribuição de ICMS.

A Constituição Federal prevê que no mínimo 75% do ICMS, parte dos municípios, seja definida em função do valor adicional, restando 1/4 para que cada Estado, através do seu Poder Legislativo, possa, de acordo com a realidade da Economia do Estado (o nosso aqui é agrícola) definir critérios para este outro 1/4 os outros 25% do bolo do ICMS relativo aos municípios.

Uma série de emendas foi apresentada a esse projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Algumas emendas é evidente que evitam perdas de municípios maiores, como Curitiba, Cascavel, Londrina e Maringá. Mas é claro que, se não houver perdas, se o bolo é o mesmo e vem crescendo a concentração desse ICMS nos municípios, se não houver perdas em nenhum município não tem nem sentido se discutir o assunto ou apresentar qualquer projeto.

Curitiba, por exemplo, já perde este ano mesmo sem modificação da legislação, assim como Londrina e Cascavel. Cascavel foi desmembrada, 2 distritos se transfor-

Curitiba, quarta, em 12.12.90

maram em municípios, mas Curitiba, Londrina, Cascavel, a maioria dos municípios perde em função dos novos critérios agora adotados em função da energia elétrica, que fez com que Foz do Iguaçu aumentasse em 134% o seu índice de participação no bolo geral do ICMS, o que é um absurdo. Por quê? Porque Itaipu, Deputado Erondy, não gera ICMS para o Paraná, ele entra no cálculo do ICMS e é pago pelo consumidor em São Paulo, mas é calculado como se estivesse gerando ICMS para o Paraná. Com isso, calcula-se o índice e aí Foz do Iguaçu subiu 134%, mas o bolo não aumentou nem em 0,1%. O que ocorreu é que esse acréscimo de Foz do Iguaçu e de outras cidades com usinas hidrelétricas foi subtraído do bolo de ICMS já existente, aumentando-se o percentual e fazendo com que caísse no restante dos municípios do Paraná. Não há uma contribuição em termos de acréscimo para o Paraná, a energia elétrica gerada por essas indústrias. O único ICMS de energia elétrica do Paraná, é pago pelo nosso consumidor em cada uma das cidades do Paraná e evidentemente Curitiba e Londrina são as maiores beneficiadas, mas não pela geração de energia elétrica.

Uma série de emendas apresentadas, nós, que havíamos apresentado o projeto que reduzia o valor adicionado aos 75% previsto na Constituição, achamos por bem, em função de que o artigo 132 da Constituição Estadual precisa ser regulamentado - muito bem lembrado pelo Deputado Neivo Beraldin, que apresentou emendas, que discutiu conosco - precisa ser regulamentado para atender as áreas de preservação permanente, os municípios que têm grandes mananciais, nós resolvemos alterar, apresentando uma emenda substitutiva, mantendo o valor agregado, não em 75 (valor adicionado), mas em 77% e aumentando o valor fixo para que os pequenos municípios, aqueles como Jardim Olinda, possam ter alguma receita para sobreviverem. De 1% como é hoje a lei, como era o nosso projeto, para 2,5% e, reduzindo a produção agropecuária de 13, como era o nosso projeto inicial, projeto original, para 9%, mas acrescentando no substitutivo, e é importante este detalhe para todos nós que conhecemos a realidade do interior, que os dados deverão ser fornecidos pela Secretaria da Fazenda e da Agricultura.

Vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as prefeituras pequenas não têm condições de controlar a sua produção agrícola e verificar se os produtores emitem nota do produtor, assim é que a produção agrícola desses pequenos municípios, que já não recebem ICMS ainda é falseada, porque quem recolhe hoje os dados sobre a produção agrícola, é a Secretaria da Fazenda e o seu instrumento de verifi-

cação, é a comercialização que se dá sempre nas cidades-pólo. Nós colocamos, nesse nosso substitutivo, que a verificação da produção será feita pela Secretaria da Fazenda e da Agricultura, que acompanham o plantio, que têm previsão de colheita, que acompanham a colheita e que emitem relatórios da produção de município por município. Isso auxiliará a Fazenda e dará maior justiça à efetiva produção dos pequenos municípios que não têm condição de controlar.

Previmos também - e tão logo seja regulamentado esse artigo da Constituição, ficam reservados 5% para depois ser reestudado quando se regulamentar o artigo 132 da Constituição Estadual e atender as áreas de manancial ou de preservação permanente.

Por isso quero pedir o apoio dos Senhores Deputados a essa emenda substitutiva para que nós possamos fazer justiça aos nossos municípios pequenos que contribuem para o crescimento industrial dos grandes municípios.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu estava ansiosamente aguardando a oportunidade de fazer um aparte ao pronunciamento de V.Exa., tendo em vista o projeto apresentado no dia 19 de março, por V.Exa. e pelo Deputado Caíto Quintana. Eu entendi que a apresentação do Projeto nº 266/90 se tratava tão somente de restaurar aquilo que se previa na emenda 17 e também naquela emenda Passos Porto do qual fui um dos participantes naquele grupo da Legislação passada, quando fomos a Brasília, reivindicar pelos municípios do Paraná em especial os pequenos e médios municípios.

Pois bem, Vossa Excelência apresenta agora uma proposta de emenda substitutiva ao seu projeto. Não temos conhecimento exatamente até onde esta emenda poderá alterar a arrecadação dos municípios. E eu também gostaria, colaborando com o pronunciamento de Vossa Excelência, sobre a questão da geração de energia e, portanto a isenção do ICMS, sobre a geração de energia, o caso de Itaipu e outros casos que temos, o caso da Refinaria de Araucária da Petrobrás, no caso de Itaipu que teve um faturamento no ano passado de 3 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, já acresceu este percentual que Vossa Excelência acabou de dizer, de 134% de ICMS de Foz do Iguaçu.

Pois bem, neste ano, que já estamos na décima oitava turbina gerando mais energia, a Usina de Itaipu vai crescer a seu faturamento dez vezes mais. O que vai significar isto? Que Foz do Iguaçu, em dois anos, terá um acréscimo no bolo do ICMS de

mais de 1000%.

Acho que era preciso discutir mais, principalmente agora, quando Vossa Excelência, apresenta uma proposta alternativa e que não conhecemos.

Aliás, o Deputado Alborguetti estava aqui gesticulando ao meu lado exatamente por desconhecer sua proposta.

Acho que precisamos detalhadamente analisar a questão da emenda substitutiva e queremos crer que seja o restabelecimento daquilo que estava acontecendo; ou seja, a distribuição da justiça através do repasse dos recursos devidos aos municípios paranaenses.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Agradeço o aparte do Deputado Rubens Bueno e digo que é verdade. O Deputado Rubens Bueno, que se elegeu Deputado Federal, vai ter a oportunidade para tentar corrigir esta distorção do deferimento do ICMS da energia elétrica, que está ocasionando esta distorção no cálculo do índice dos municípios.

Mas assim como a produção agrícola que, quando é isenta para a exportação, ela faz parte do bolo mesmo sem gerar o ICMS, a energia elétrica também. Isto é uma distorção que está trazendo este prejuízo. A modificação é que simplesmente colocamos em vez de 75%, hoje é 87, valor adicionado. Tínhamos reduzido para 75 e na nossa emenda pusemos 77 e previmos 5%, que não entra no cálculo agora. Cinco por cento para o artigo 132 da Constituição Estadual, quando for regulamentado o que trata de áreas de preservação permanente e mananciais. Mas hoje, no momento, não altera o cálculo. É uma previsão. Porque a Constituição assim determina, mas que é evidente que não poderia ser já definido, pois não tem uma lei que possa dar condições com que a Secretaria da Fazenda calcule cada um dos municípios quando têm de preservação permanente, ou de proteção aos mananciais.

O SR. RUBENS BUENO - Gostaria de consultar Vossa Excelência, me permite continuar com o diálogo, se esta emenda substitutiva que Vossa Excelência apresenta se há consulta aos Prefeitos, enfim, qual foi o critério utilizado na elaboração da mesma?

O SR. MÁRIO PEREIRA - O critério foi o seguinte: nós que havíamos apresentado aquele projeto original, reconhecíamos que haviam algumas distorções. Nos pequenos municípios, por exemplo, que mesmo dando um valor maior à produção agropecuária, o incremento de receita do ICMS seria inexpressivo e que precisávamos aumentar o valor fixo de 1 para 2,5. Fizemos uma série de ensaios. Ensaios para ver os reflexos em cada um dos municípios. Esta nossa

emenda faz com que, por exemplo, os municípios grandes percam um pouco menos. Os municípios médios, municípios agrícolas, ganhem um pouco menos, mas atende mais o município bem pequeno, aquele sem renda, como o que já citei. A diferença é muito pequena, na variação de cada um dos municípios, de 1%, de 2%, de 3%. E há preocupação também com as cidades da Região Metropolitana que, com este substitutivo, diminui as perdas das cidades metropolitanas que, na verdade, apesar de cidades dormitórios em sua grande maioria, quando se levanta o valor adicionado, cresce a sua receita, o que é uma prova que são municípios que estão se industrializando e que o valor, o peso da indústria dos municípios da Região Metropolitana, é um peso maior do que da agropecuária. Por exemplo, Campina Grande do Sul que iria crescer 20%, vai crescer apenas 16%. São modificações deste tipo e quem ia perder perde um pouco menos. Mas, na análise de conjunto da Região Metropolitana nós vemos que, na grande maioria dos municípios, é grande, é favorável, à medida que se aumenta o valor adicionado, que prova que a agropecuária tem um valor menor.

Portanto atendem, mesmo este projeto, os municípios essencialmente agrícolas que dão sustentação aos parques industriais das cidades maiores.

O SR. NEIVO BERALDIN - Solicito um aparte, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em encaminhamento de votação não é permitido aparte. Vossa Excelência poderá falar encaminhando votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Neste exato instante o Deputado Rubens Bueno aparteu o ilustre orador.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência tem razão. Foi um equívoco da Mesa e Vossa Excelência pode falar.

O SR. NEIVO BERALDIN - Dispensio, porque o orador já desceu da tribuna.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, em razão da emenda que apresenta o Deputado e Vice-Governador, Mário Pereira, e em razão também de uma quantidade enorme de emendas que não houve ainda uma melhor análise dos Senhores Parlamentares, pediria a compreensão da Liderança do PMDB para que retirássemos este projeto da Ordem do Dia para que ele voltasse a ser analisado, a fim de que pudéssemos votar com consciência sabendo que não iríamos prejudicar A e nem B.

Pediria ao Líder do PMDB se possível

entender esta posição.

Não podemos votar de afogadilho uma Emenda do Deputado Mário Pereira que nem sequer ainda temos conhecimento do que se trata.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Deputado Algaci Túlio.

Quanto a este projeto, fui cobrado muitas vezes inclusive pelo Deputado Rubens Bueno por não ter tido um entendimento com o Deputado e colocar na Ordem do Dia a votação desta matéria. E na sequência, atendendo solicitação do próprio Deputado Algaci Túlio, e isso aproximadamente há um mês atrás, nós retiramos da Ordem do Dia e fui cobrado com insistência por esta colocação que me deixou com dificuldade de explicação para os municípios interessados.

Retornamos o projeto à Ordem do Dia.

Os nobres pares estão lembrados de que há dois dias nós transferimos a votação deste projeto por dois dias para podermos confrontar estas emendas, as sugestões e que pudéssemos voltar a votar ontem até. A Presidência esticou por mais um dia a colocação na Ordem do Dia, e hoje nós nos deparamos com o mesmo assunto do pedido de retirada da Ordem do Dia. De modo que há evidência, Deputado Algaci Túlio, que se não mantivermos o projeto na Ordem do Dia, não vamos discuti-lo. Nós retiramos da Ordem do Dia e quando ele voltar novamente por uma emenda apresentada por qualquer um dos Parlamentares vai exigir que novamente se retire. Eu acho que nós precisamos votá-lo.

O Deputado Mário Pereira fez uma exposição mais técnica do problema, eu queria fazer uma colocação de ordem prática.

Nós tivemos votado há aproximadamente 4 ou 5 anos atrás a Emenda 17. Foi uma luta dos municípios do Paraná para que se fizesse uma distribuição mais equânime dos recursos gerados do ICMS, que tem como fonte geradora a produção e a comercialização dos produtos dentro do Estado do Paraná. Por força da reforma administrativa e da reforma tributária e isto comentava com prefeitos hoje, a Emenda 17 passou a não fazer parte das bases de cálculo. Na verdade hoje quem diz estar perdendo, está repondo uma situação que já se tinha na vigência da Emenda 17, tanto é que a maior parte dos municípios neste ano, naturalmente perderiam em razão da reforma administrativa e tributária.

Nós, durante todo esse tempo, discutindo com prefeitos, em cima do projeto originário, chegamos a levantar doze proposições discutidas com os prefeitos. Umas ganhavam mais, umas perdiam mais, uma os municípios tinham maior perda para o pró-

ximo exercício, outras menores.

O fato é o seguinte: Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, é uma vontade de Plenário e de consciência de Plenário. Jamais vai se mexer com receita pública, principalmente com distribuição de receita agradando a todos os municípios do Paraná.

É claro que se para o município Pien, tiver que aumentar a distribuição de ICMS, é evidente que alguém vai perder, porque o bolo é um só, o bolo é único.

Mas, o que se busca é um critério de maior justiça. Existe no Paraná que é um Estado reconhecido nacionalmente como grande produtor agrícola. O Paraná é um dos maiores produtores agrícolas de várias espécies de grãos, portanto, a sua vocação é agrícola. Esses municípios que têm a sua base territorial exclusivamente com a agricultura e com a pecuária, ficam profundamente penalizados, pelo critério adotado de distribuição de ICMS. Por quê? Porque a sua vasta área territorial é utilizada por, lavouras, que não comercializam nem industrializam os produtos gerados naqueles municípios.

Portanto, tem que se dar um peso mais compensador à área territorial, à área de plantio, número de propriedades agrícolas. Porque o que é que nós queremos? Costumemente nós vemos a tentativa de se aumentar no valor de distribuição de ICMS, a questão do número de habitantes. Por que se contestam um peso elevado no número de habitantes?

Primeiro, porque é genérico no mundo inteiro hoje, de que se condena cidades como Pequim, como Buenos Aires, como Nova Iorque, como São Paulo, que acabam se transformando numa grande concentração humana por quê? Porque há uma evasão do homem da pequena cidade, do campo, na busca do trabalho na grande cidade. Porque não há infra-estrutura no interior para manter o nosso homem do interior vinculado às suas raízes e aos seus municípios.

Então traz essa distribuição, embora tenuamente o objetivo básico de que não valorize a questão do inchaço das cidades, que se prestigie a área de plantio, que é lá onde fica o trabalho do nosso homem do campo vacacionado à agricultura como do Estado do Paraná.

Há outro dado que precisa esta Casa de Leis analisar. Seguramente na quadra que eu moro em Curitiba, deva existir habitantes correspondente a vinte e cinco por cento, talvez, do número de habitantes do Município donde eu resido que é o município de Planalto.

Então para a Prefeitura Municipal é muito mais fácil, pega um edifício de vinte andares, lá moram centenas de pessoas, ao atendimento a esse edifício se torna muito mais facilitado do que atender essas

centenas de pessoas distribuídas em cinco ou seis pessoas por famílias, que moram em cima de três, quatro alqueires de terra, que necessitam de escolas, necessitam de posto de saúde, necessitam de conservação de estradas, necessitam de infra-estrutura básica.

Há que se pesar portanto, que condicionar o número de população apenas, não trás princípio de justiça, porque é muito mais fácil atender as necessidades mínimas de um agrupamento de pessoas que estejam localizadas num único espaço do que atendermos pessoas que estão localizadas em menor quantidade e espaços diversos.

Esse é o objetivo de se buscar, trazer aos municípios do Paraná, do interior, as condições de vida, a reforma tributária!

Meus companheiros Parlamentares, foi profundamente injusta para os pequenos municípios. E eu dizia, naquela oportunidade, quando festejavam os pequenos municípios a reforma administrativa, que estava na hora de começar uma movimentação, de uma nova marcha sobre Brasília, para reformar a reforma administrativa. Por quê? O que representa para um município pequeno um imposto adicionado sobre um combustível, que a reforma tributária passou para a área municipal? Não representa absolutamente nada. O que representa para um município ele ter na sua receita um Imposto de Transmissão de Propriedade, que faz parte da reforma tributária, se naquele município se vendem duas ou três propriedades por mês?

Isso, portanto, a reforma tributária veio contemplar os grandes municípios. Eu perguntaria e certamente nós teríamos a resposta do Vice-Prefeito de Curitiba, eu tenho certeza absoluta de que o ICMS para Curitiba deve ser a terceira, quarta ou quinta receita do Município. Apenas no IVV Curitiba deve ganhar mais do que em ICMS. Os milhares de litros de combustível consumidos em Curitiba geram para o Município uma arrecadação agregada no preço de combustível, que é maior que o ICMS que ele recebe. As transmissões de propriedade, que são feitas dentro da cidade maior, elas formam uma receita muito forte para o caixa do Município. Mas, no interior, não existe isso. Todos os postos de gasolina, numa cidade pequena, vendem cem litros de combustíveis, se vender durante o mês! Não tem venda de propriedade!

Portanto, estes Municípios estão falindo. É comum, para nós, que fazemos política no interior, de que as Prefeituras do interior não têm capacidade, mais, para trocar um caminhão que esteja velho, quanto mais fazer a troca de uma para outra, de um trator.

E muitos municípios têm encontrado dificuldades para pagar a folha de pagamen-

to. O ICMS, que era a segunda receita dos municípios, passou em 80% dos municípios do Paraná, a ser a primeira receita, maior até do que o Fundo de Participação, porque esse, caiu.

Mas precisamente na questão levantada, a alteração proposta, Deputado Rubens Bueno, sei que Vossa Excelência tem interesse muito grande nessa matéria, a emenda substitutiva, alternativa apresentada hoje, o que ela muda é que no valor adicionado no original, constava 75%. Nós calculamos duas hipóteses. E a achamos que a hipótese mais viável seria a de que o valor adicionado fosse elevado para 77%. Portanto, esse valor adicionado iria propiciar uma perda menor para os municípios grandes. Município que iria perder 8, acaba perdendo 5 ou 4, devido à elevação do valor adicionado.

A produção agrícola, que estava considerando 10% baixa para 9%, no cálculo do ICMS. O número de habitantes, que no projeto originário era de sete, mantém-se o sete. O número de propriedades, que era de 3%, vem para 2,5%. A área permanece nos dois. E o valor, que era de dois, passa para dois e meio.

Dentro desta concepção, eu não tenho aqui, em mãos, este cálculo, que está com o Deputado Mário, dos municípios que perderiam, passam a perder menos. Suportável, portanto, a perca, e os municípios de porte médio que ganhariam mais passam a ganhar menos, e os municípios pequenos mantêm mais ou menos no patamar o ganho originado por essa proposta desse projeto que está sendo apresentado na Assembléia.

Eu acredito que nós precisamos pensar com os olhos de distribuição, com justiça, essa receita do Estado do Paraná. Não é justo que um município pequeno que produz grãos e que abastece, por exemplo, eu aí valorizo a atitude do Deputado Mário Pereira que reparte conosco a autoria deste Projeto, o município de Cascavel perde, indiretamente porque o Parque Industrial de Cascavel gera para o município de Cascavel "N" outros recursos que faz Cascavel ser um centro industrial, comercial gerando a ele uma série de outros recursos indiretos, agora, não é possível e não é justo que o município de Capitão Leônidas Marques que está ali do lado e que só produz agricultura tenha um tratamento igual porque o produto dele sendo vendido em Cascavel vai creditar para Cascavel em grande parte aquele produto originário que saiu lá de baixo, como instante da transformação Cascavel passa a ter direito no IPI, Capitão não tem porque a indústria não está lá em Capitão. Então, acho que é um critério de justiça que nós precisamos debater no martelo, tenha a certeza Deputado Algaci Túlio, a capital do Paraná, o



município de Curitiba, a cidade de Curitiba, não é o município que vai perder. É o direito de receber não é exclusivamente daqueles que tiveram a felicidade de nascer aqui. Nenhum de nós tem interesse em prejudicar o município de Curitiba. Agora, é evidente que se Curitiba não perder não há como existir uma margem que alguém possa ganhar município do Paraná que é nossa capital não venha a perder e o ICMS, eu repito, é a sua quarta ou quinta fonte de renda, não é a primeira.

O Sr. Neivo Beraldin - Concede-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Vossa Excelência fala de Curitiba, e eu gostaria de acrescentar a região metropolitana de Curitiba, que são cidades dormitório, são cidades que têm inúmeras dificuldades, que sofrem inchaço muito grande, e aliás, Curitiba e a nossa região metropolitana foi a que mais sofreu no País nos últimos anos. Agora, eu não sei se ao votar esse Projeto hoje se estou votando favoravelmente à Curitiba, à região metropolitana ou ao Paraná, ou se estou prejudicando algum município. Mas, Vossa Excelência me faz uma indagação se eu estaria votando em favor do Paraná.

Então, gostaria de fazer uma pergunta aqui neste Plenário para três Deputados de áreas diferentes do Paraná para que eles pudessem neste momento de viva voz, me responder se suas áreas estão sendo contempladas com esse projeto de hoje ou se nós estamos votando um projeto sem a consciência absoluta do que estamos fazendo.

Eu, por outro lado, me considero contemplado na luta na questão dos mananciais. Vossa Excelência e o Deputado Mário Pereira concordaram em colocar 5% após regulamentado o artigo 132. É um avanço que nós aqui temos consciência de que precisamos preservar a natureza e acima de tudo preservar os mananciais, porque Curitiba e a região metropolitana precisam preservar os rios porque a qualidade da água vem caindo e poderá cair mais ainda muito mais a ponto de secar a fonte, em breve, desses dois rios.

Mas, para completar o meu aparte eu gostaria de perguntar, por exemplo, ao Deputado Nelson Vasconcellos que representa a região de Umuarama, à Deputada Vera e ao Deputado Paulino Delazeri que representa Palotina, poderia me dizer se Palotina ganha ou perde? Ganha 3%.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, Vossa Excelência foge do aparte, num questionamento direto aos nobres Parlamentares sobre regiões de uma emenda substitutiva apresentada agora, os Deputados têm conhecimento do projeto originário. Eu acho que

não é por aí, porque se eu perguntar para Vossa Excelência de alguns municípios que Vossa Excelência representa, por exemplo, o município de Palmas, Vossa Excelência não saberia me dizer qual o índice.

O Sr. Neivo Beraldin - É exatamente nesse sentido que tem o fundamento do meu aparte, é para que todos nós possamos estudar em conjunto, debater o assunto, levar à baila para todos os municípios, trazer os Prefeitos, trazer os Vereadores, trazer enfim a sociedade como um todo, para que a gente possa votar uma lei aqui, com consciência.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Deputado Caíto Quintana, por exemplo, Londrina perde 141.522.252 cruzeiros. Eu sei que estamos arrecadando, é um dinheiro enorme, mas, com as alternativas, Deputado Caíto, me permita ir devagar, que eu já estou trocando idéias com o Deputado Rubens Bueno e outros companheiros desta Casa.

Nas alternativas, aqui a alternativa nº 3, Londrina, poderia em vez de perder 9, poderia perder 4,16, sessenta milhões.

Aí até eu concordaria, mas não concordaria com os 141 milhões, porque nós precisamos deste dinheiro para muitas obras ainda na minha cidade.

Com todo o respeito ao Deputado Dirceu Manfrinato, meu companheiro, meu compadre, Cianorte perde 3,12 - 3.416.209 cruzeiros. Ela recebe via ICMS, 109 milhões. Ela poderia perder aqui um pouco menos, para ajudar outros Municípios, por exemplo, o treze, um ponto, 24, se ela perdesse, eu acho que o 13,12, não sei se o Deputado Dirceu vai concordar, mas eu acho um pouco puxado o que vai perder a cidade de Cianorte.

Cambé: Cambé recebe 265 milhões de ICMS perde, 5,94 vai perder 15 milhões. Por isto que eu gostaria de analisar mais profundamente. Na alternativa nº 3, Cambé poderia perder 6.211.671. Então, é por aí. Eu acho que nós poderíamos estudar mais, analisar mais.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Luiz Carlos Alborghetti:

A questão de perder ou ganhar, nós temos que encarar da seguinte situação: via de regra, nós encontramos homens reclamando violentamente em todas as rodas, por pagar muito imposto de renda e encontramos pessoas que não têm recurso para pagar a conta do mercado. Eu tenho certeza absoluta, que esta pessoa que não paga, não consegue pagar a conta do mercado, gostaria de pagar a importância que o outro reclama de pagar no imposto de renda.

Ninguém perde, nós não estamos fazendo

perder. Municípios que têm fontes de arrecadação maior, passam a ter no ICMS a arrecadação menor, daí não perde, não tira, não vai subtrair do Município, ele vai passar a receber na previsão, eu insisto, se nós basearmos com a emenda 17, que esteve em vigência neste Estado, praticamente igualando valores. A Reforma Administrativa trocou isto, nós precisamos de voltar ao Estado.

E nós buscamos nos Municípios por exemplo, levantado pelo Deputado Alborghetti, o município de Curitiba perderia 14.782 pelo Projeto original.

Eu queria só saber do substitutivo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O substitutivo passa a perder dez.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - E Londrina, por gentileza?

No substitutivo que o Deputado Mário Pereira explanou para o Plenário desta Casa, eu quero saber quanto é que perde Londrina.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Londrina perde 13.

O SR. NEIVO BERALDIN - Deputado Caíto Quintana, me concede um aparte?  
Assentimento.

Nós estamos em via de aprovar este projeto de redistribuição de ICMS, aonde alguns municípios do Paraná perdem, perde 13%, perde 10%, perde e perde muito. Os orçamentos municipais já foram encaminhados às Câmaras municipais para o exercício do ano vindouro sem a previsão desta perda ou desse adicional, como ficariam esses municípios que perdem e que têm os orçamentos já aprovados pelas câmaras municipais.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Tem uma estimativa, Deputado. Eles têm uma estimativa de ICMS.

O ICMS não tem um valor fixo, não tem uma importância por mês para se colar no orçamento, tem uma estimativa orçamentária.

Mas, queria dizer para enxergar aonde está a justiça, e aqui sem a menor intenção de diminuir a importância de algumas cidades. Mas, quem diz que o município perde na verdade?

Para não citar municípios de outras pessoas, eu citaria o município de Cascavel do Deputado Mário Pereira, quem diz que ele perde? Quem diz que na quantidade de grãos que Cascavel tem todos os anos comercializados como produção "chua" não estão 30 a 40% desses grãos que são na verdade produzidos em Capitão Leônidas Marques, são produzidos em Santa Terezinha e tantos outros municípios que não têm es-

tabelecido um grande comércio, uma grande indústria.

Eu lhe citaria um exemplo: o Município de Paranaguá, que todos nós temos um grande respeito por ter um dos maiores portos do Brasil, possivelmente tem uma produção de produtos agrícolas maior do que muitos municípios do Paraná, essencialmente agrícola, porque há uma invasão, Companheiros do produto quando sai da terra, do produto primário a ser tirado a nota, muitas vezes, na hora da comercialização, na grande cerealista que está localizada no município industrializado.

Então, não está perdendo. Teoricamente nós estamos falando em perda, porque nós estamos devolvendo ao município produtor a sua condição de produzir. E o que será dos municípios industrializados, Ponta Grossa, onde tem a SANBRA, SANRIG, ANDERSON CLAYTON e tantas outras empresas industrializadas, o que será desse município se o desestímulo para a produção agrícola permanecer no Paraná como está hoje, porque o colono não fica mais na propriedade, o filho do agricultor não fica mais na propriedade?

Vai chegar o dia em que a indústria que está recebendo o produto para produzir não vai ter a matéria-prima porque há um desestímulo à existência dos pequenos municípios.

Nós precisamos pensar nisso sob pena, meus companheiros da região Metropolitana de Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais, os Municípios da grande Curitiba continuarem ano a ano aumentando, inchando cada vez mais, porque o jovem de dezoito anos dos municípios do Sudoeste vai vir embora para Curitiba porque não há condição daquele Município se desenvolver.

Nós vamos fazer um processo pelas avessas, vamos fazer grandes concentrações urbanas e grandes áreas onde não haverá habitantes por não terem a mínima estrutura para poder trabalhar.

Concedo um aparte ao Deputado Rubens Bueno.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Caíto Quintana.

Vossa Excelência, usando da palavra sobre esta importante matéria me chamou a atenção para os termos que estão sendo usados: cidade perde, cidade ganha. Eu discordo de Vossa Excelência e daqueles que estão utilizando esses termos.

Até porque o que se está procurando fazer com este Projeto n° 266, agora com a Emenda substitutiva, é exatamente corrigir uma injustiça que foi colocada indevidamente na Constituição.

Ora, eu citei o caso de Foz do Iguaçu, onde, apesar da energia elétrica gerada e, portanto isenta de ICMS, Foz do Iguaçu

cresce 134% de um ano para o outro e vai crescer dez vezes mais para o próximo ano quando entrar em geração a décima oitava turbina de Itaipu.

Pois bem, nós temos uma outra grave distorção, o caso, por exemplo, de Araucária, onde a Refinaria da Petrobrás, do seu refinamento total, vendeu para Santa Catarina 1,07 bilhões; nenhum centavo para o ICMS e, no entanto, os demais municípios que geram o ICMS estão pagando esse valor que está agregado na distribuição e fixação dos índices.

Então, veja Vossa Excelência que primeiro ninguém perde, ninguém ganha, porque nenhum centavo do ICMS estará deixando o nosso Estado do Paraná.

Todo ele está sendo distribuído dentro do Estado do Paraná.

Então, esse argumento acho que é decisivo, porque eu conversava com o Deputado Alborghetti e ele dizia: mas Londrina perde.

Ninguém perde. Está se corrigindo uma injustiça que foi votada no Congresso Nacional, distante dos interesses municipais. E é isto, exatamente, que está se procurando fazer agora.

Ora, e com a emenda substitutiva que Vossa Excelência apresenta junto com o Deputado Mário Pereira, nos reforça mais ainda, porque ali está assegurado os 5% dos municípios cujos mananciais atendem, por exemplo, Curitiba.

Portanto, Curitiba também está sendo beneficiada, corrigindo uma injustiça que aliás já foi feita na Constituição Estadual.

Então, diante de toda esta conversa, desta polêmica, ainda resta um derradeiro argumento, que além disto nós temos mais um dia, vamos à quarta discussão para discutir totalmente as propostas aqui apresentadas e chegar a uma conclusão no dia de amanhã.

Então eu votarei, tranqüilamente, pela emenda substitutiva apresentada nesta tarde.

O Sr. Neivo Beraldin - Permite-me um aparte, Deputado Caíto?

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu estou inscrito, ilustre Deputado Caíto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Só na sequência.

Queria colocar, porque o Deputado Rubens Bueno tocou no assunto dos 5%.

Deputado Rubens Bueno, nós tivemos uma árdua conversação com o Deputado Neivo Beraldin, até chegarmos à conclusão de que a parte que cabe a municípios que têm mananciais e partes de conservação permanente, que a Constituição garante, não podem ser pura e simplesmente encaixados numa lei de

distribuição de ICMS. Razão pela qual nesse substitutivo consta os 5% a ser definido na lei, porque veja bem o que é que nós colocávamos: um município que tem um manancial se ele receber "X" por cento a mais de ICMS no ICMS, pelo fato de ter manancial, terá que ter uma amarração na lei de que esse tanto a mais que ele receber seja aplicado na conservação do manancial, porque se não daqui a pouco o município passa a receber uma cota a mais de ICMS, mas vai utilizar na compra de um trator, na troca de um automóvel, no pagamento de pessoal e não vai aplicar no manancial que é um objetivo da Constituição.

Então, nós colocamos no substitutivo a garantia dos 5% a ser implantado quando da lei que vai regulamentar o artigo 132 que vai amarrar os critérios para que os municípios recebam. Todos os critérios. Saber quem são os municípios que têm manancial, porque não é só Piraquara. No interior nós temos uma série de abastecimento d'água que são gerados por pequenos rios.

Então, fica também garantido na lei os 5% nessa reforma, a ser regulamentado no instante da aprovação da lei.

Deputado Dirceu.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu agradeço Vos-

sa Excelência e apenas gostaria de fazer uma colocação, quando foi questionado por alguns Deputados os Municípios que teriam prejuízos com esta emenda que está sendo apresentada. Mas, apenas quero citar um exemplo, do município de Cianorte, onde nós temos a nossa base eleitoral. O município de Cianorte perde 3.12 e perfaz um total previsto de três milhões, quatrocentos e dezesseis, duzentos e dezenove. Mas, observamos que os municípios cediados, circunvizinhos de Cianorte, quero citar aqui o exemplo, e registrar também a presença do Prefeito Manoel Dornellas, do Município de Indianópolis, que Indianópolis passa a ter um aumento de 1.35, que seriam trezentos e sessenta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil. E analiso pelo aspecto de que os municípios circunvizinhos de Cianorte, geralmente a população, os habitantes procuram fazer também compras nos grandes centros como Indianópolis, Guaporé, Japurá, São Tomé, vão a Cianorte fazer as suas compras, e assim como eu tenho conhecimento de muitas pessoas que são de Cianorte e vão a Maringá fazer compras. O que eu entendo é de que nós estamos através de afluentes, que o rio é o Paraná, e todos os afluentes acabam caindo, como o Deputado Rubens Bueno foi muito feliz na colocação, de que o ICM está gerando dentro do Paraná e esse faturamento em cima disso, a distribuição do bolo, é evidente que nós temos que presti-

giar os pequenos municípios.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência toca num assunto de alta colocação, para nós entendermos que não há prejuízo, porque veja, os centros maiores são centros de comércio, onde os lugares pequenos vão comprar, e por consequência o ICMS daquele município é a pota fiscal tirada. Eu diria, por exemplo, Deputado Nereu, se um agricultor de um pequeno município, dos nossos, vai comprar um trator ele vai comprar num centro maior, e a nota desse trator vai sair de um comércio estabelecido naquele município médio ou grande e, por conseguinte, vai somar para aquele município o ICMS.

Nós somos todos paranaenses...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Só para acrescentar quando Vossa Excelência coloca a questão do trator. Cianorte tem 5 concessionárias de veículos, e na região que eu represento, de mais de 12 municípios, não possui nenhuma revendedora. Então, a região automaticamente adquire os veículos dentro do município de Cianorte e, com isso, Cianorte passa a ganhar e não está perdendo.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir: vamos esquecer isso de que estamos tirando. Não estamos tirando: há uma redistribuição desse ICMS de forma com que o Paraná seja aquilo com que nós sonhamos. Eu ouvi tantas vezes pronunciamentos de Deputados ilustres da Região Metropolitana que querem ver Curitiba crescendo organizada, as cidades em torno de Curitiba sejam organizadas. A melhor forma de organizarmos o desenvolvimento do nosso Estado é não matarmos os nossos pequenos municípios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar a votação com a palavra o Deputado Rafael Greca.

Antes, porém, que Vossa Excelência faça uso da palavra, a Mesa acaba de receber do Sr. Governador do Estado Mensagem de aumento do funcionalismo. Sua Excelência o Sr. 1º Secretário fará a leitura da Mensagem Governamental.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Pirajá Ferreira) - (Procede à leitura da Mensagem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra, o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, paranaenses que estão nesta Casa nesta tarde. Poucas vezes a Assembleia discutiu com tanta profundidade e com tanta necessidade de interesse público e de busca de bem comum uma matéria, como se discute hoje a distribuição das receitas tributárias do Estado, com base no postulado aventado pelo Deputado Caíto Quintana, Deputado Mário Pereira de maior justiça tributária, de estratégia de desenvolvimento para o Paraná, de fixação do homem no campo, e de prestigiamento para os municípios produtores de alimentos, para os ditos municípios de produção agropecuária. O que estamos discutindo?

E no que se fundamenta a discussão que nos propõe o eminente Vice-Governador eleito? A discussão se baseia na Seção 6.ª, do artigo 158 da Constituição Federal que diz que pertence aos municípios, como Fundo de Participação dos Municípios, parcela do imposto de renda e do IPI, impostos federais, no território dos municípios arrecadados.

Até hoje o governo federal não disse quanto é esta parcela. É um número, tipo de informação na qual reside a sede do Poder e a sede do Poder.

Depois eles dão para as cidades 50% das taxas do INCRA, 50% do IPVA, Imposto sobre Veículos Automotores, e 25% do produto de arrecadação do ICMS, que deveria ser cobrado sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, sobre comunicações e sobre circulação de mercadorias. As parcelas de receitas devidas aos municípios são assim divididas: três quartos de valor adicionado, no mínimo, e um quarto de acordo com o disposto por lei estadual. Hoje a lei estadual, distribuição do ICMS, prevê 87% na proporção do valor adicionado, 7% na proporção do número de habitantes, 3% na proporção das propriedades rurais, 2% na proporção da área do município e 1% de fator igualitário.

O que é este valor adicionado?

Todo ano cada empresa, de cada município, apresenta uma declaração fisco-contábil, que permite a apuração do valor adicionado. O valor adicionado é o valor das emendas mais o estoque, menos o valor das compras mais o estoque. Portanto, o valor adicionado também já é um valor inerente à produção agrícola e agropecuária. E nós tentaremos provar que aqui se quadriplica a contemplação do valor adicionado devido à produção agropecuária e pastoril do Estado no projeto do Deputado Mário Pereira.

A proposta do Deputado Mário Pereira diz que se reduza de 87% para 75% o valor adicionado e a proposta substitutiva traz este número para 77%.

A mesma proposta fala em 13% para a produção agropecuária e o substitutivo joga este valor para 9%. O número de habitantes passa para 6% na proposta original e a 7% no substitutivo. O número de propriedades rurais para 3% na proposta original e para 2,5 no substitutivo. A área, para 2% e 2% tanto na proposta que se está votando, como no substitutivo. E o fator físico de 1% para 2,5% no substitutivo.

O que estamos discutindo, por que estamos contestando? Teríamos nós direito, moradores de Curitiba, que ao contrário do que afirmou o líder do Governo Caíto Quintana, não tem o ICMS a sua quinta fonte de arrecadação, se não a sua primeira fonte de receita mensal. Estaríamos nós, moradores, Deputados de Curitiba, da Região Metropolitana, de Londrina, de Maringá, enfim, das 50 cidades que perdem com este projeto, estaríamos tentando aumentar o modelo concentrador de renda, injustiçar as pequenas comunidades e semear, no Paraná, a loucura da urbanização excessiva?

Claro que não! Não teríamos espaço. Nem em todas as estruturais da cidade, para colocar todos os habitantes do Paraná.

O conflito cidade-campo, que é o próprio conflito da história, precisa ser resolvido aqui e agora no nosso tempo pelo Governo e por todos os governos dignos que venham a se estabelecer como um projeto de futuro para este País. Mas o projeto que se está discutindo não trata meramente de uma proposta política para auxiliar municípios agrícolas. O aspecto técnico tem que ser observado; pois ao procurar mais recursos financeiros para os municípios agrícolas, o projeto prejudica econômica e financeiramente os municípios de maior poder contributivo deste Estado do Paraná.

Quem arrecada mais, perde mais se a proposta de 75 por cento de valor adicionado vier a ser votada. Pune-se não sei se pelo mesmo critério com que se tenta punir a Cidade Industrial, pune-se o progresso. E se chama esta proposta de progressista. A participação do setor agrícola na composição do índice proposto, além de excessiva está tecnicamente errada, como já está contida no valor adicionado ela é indicada novamente com um percentual de 13% como produção agrícola, sem considerar ainda um outro aspecto componente e representativo do mesmo setor, que é o número de propriedades rurais, estão entrando com 3% de peso agravando ainda mais a posição dos municípios pólo do Estado com um redutor de 1% no indicador de população.

Eu fiz uma conta e cheguei à seguinte conclusão: se votarmos a proposta no original, 5,5 milhões de habitantes no Paraná perdem com a proposta e 4 milhões de habitantes ganham com a proposta na proporção das sedes municipais beneficiadas. Não te-

mos a conta do Substitutivo que já é um avanço. Reconhece-se no Senhor Vice-Governador eleito a boa vontade estratégica com relação ao futuro.

Falava-me Sua Excelência, com muita propriedade, que a França paga para ter proprietários rurais nas regiões dos vinhedos, dos trigais, nas regiões do Interior, distantes das suas regiões metropolitanas. No entanto, o preço é alto demais. Nós tememos não poder pagar tão alto. E eu não falo só por Curitiba senão por Piraquara, por Araucária, por Tamandaré, que tem o Deputado Erondy Silvério por representante e o Deputado Algaci Túlio por membro -, por Antonina, que teve sempre o voto fiel o Deputado Mattos Leão e o Deputado Pirajá Ferreira, por Apucarana, que tem o Deputado Alborghetti e a Deputada Irondi, por Arapongas, por Balsa Nova, que tem o Deputado Mezzadri entre os seus mais votados, por Bandeirantes, que tem Hermas Brandão e Valderi como seus Deputados, por Cambé, por Campina Grande do Sul, ou ainda por Campo Largo, ou Cascavel, que é o berço e a sede do próprio Deputado Mário Pereira.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - Senão por Clevelândia, por Cianorte, por Colombo, por Cornélio Procopio e pela própria Foz do Iguaçu, que esta é mais recompensada pelo excesso de valor adicionado inerente à produção de energia elétrica e é uma coisa que precisamos discutir nesta casa também.

Tem o aparte o Deputado Caíto Quintana que não me concedeu quando discutia a matéria.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, até que-ria discutir com Vossa Excelência, foi um lapso.

Deputado, vou pegar pelo final da sua colocação. Esta Casa não pode fazer o raciocínio que Vossa Excelência está fazendo, culto e atuante Deputado.

Quando Vossa Excelência cita nome de municípios representados aqui por Parlamentares, quando tratamos de ICM, distribuição com justiça de recursos ao Paraná Vossa Excelência não pode fazer a colocação eleitoreira, do número de eleitores que representam X ou Y no município, na votação que nós possamos ter para estar nesta Casa. Porque senão, os pequenos municípios vão ser varridos do mapa, porque as grande concentrações urbanas evidentemente têm um número maior de habitantes e têm um número maior de eleitores.

Nós não estamos discutindo ....

O SR. RAFAEL GRECA - De solicitações ou

Sua Excelência não concorda?

O Sr. Caíto Quintana - Tem municípios da minha região que perdem ...

O SR. RAFAEL GRECA - Tem uma grande cidade mais solicitações do que uma pequena? Ou não?

O Sr. Caíto Quintana - Mas eu estou preocupado ...

O SR. RAFAEL GRECA - ... na vinte e quatro de maio, ali onde tem o apartamento de Sua Excelência, que eu conheço é aprazível ...

O Sr. Caíto Quintana - Eu comprei este apartamento financiado pelo Sistema Financeiro Habitacional.

O SR. RAFAEL GRECA - Mas é bom; a estrutura urbana no entorno é boa, agora as solicitações eu não falo destas, eu falo a das periferias que são caras ao Governador eleito Requião. Essas solicitações é que me comovem e me movem ...

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência havia me concedido o aparte, veja bem, Deputado as grandes concentrações urbanas além do apoio do município, tem o apoio direto localizado do Estado, veja bem, por exemplo, a cidade de Curitiba. Com o orçamento que o ICMS representa não a primeira fonte, a quarta ou quinta. Assim mesmo aqui em Curitiba, nós temos hospitais do Estado, nós temos Postos de Saúde, que são mantidos os atendimentos sociais, que são mantidos pelo Estado, nós temos um serviço bem melhor do que o resto do Paraná, de Segurança Pública que são mantidos pelo Estado, e tantas outras coisas da infra-estrutura que se misturam muitas vezes, o Município de Curitiba com o Estado do Paraná.

Veja bem Vossa Excelência em qualquer um dos municípios pequenos, a estrutura pública do Estado é zero, as Prefeituras são o verdadeiro local de assistência social para dar passagem, para dar remédio, para dar assistência para tudo.

As estradas do Município muitas vezes, dois quilômetros de estradas vão servir a duas, três, propriedades rurais com um custo elevadíssimo.

O que nós temos que nos preocupar é não permitir que o Interior suma no inchaço das grandes cidades. Por isso que eu acho que a proposta é avançada sim, porque a distribuição, o fato gerador do ICM, é o fato da produção. E a produção nem sempre está localizada no local onde está o grande comércio e a grande indústria. Seria utópico nós pensarmos, que uma fábrica de

óleo vegetal instalada em qualquer município do Paraná, que ela venha mover as suas máquinas que quebram os grãos com a produção daquele município. Dezenas de outros municípios em torno, estão produzindo no campo e tendo necessidades do poder público, para que aquela indústria possa funcionar.

Essa é a percepção avançada que nós tentamos dar nessa modificação de ICM, para que aquele município pequeno, e Vossa Excelência conhece tantos, que apenas tenham produção agrícola, e essa produção agrícola é isenta na exportação, o município não tem recurso, o ICMS é a fonte maior de recursos dele, possa oferecer o mínimo de desenvolvimento ao município, para que ele não venha desaparecer, caso contrário, nobre Deputado Rafael Greca, Vossa Excelência vai ver a cada ano que passa a periferia de Curitiba, os municípios da região metropolitana inchando cada vez mais de pessoas, vindo do Oeste, do Sudoeste, do Norte Pioneiro, na busca de uma condição de via melhor, pelo seu Município lá na base não poderemos oferecer.

Então essa é uma reversão do processo, de nós melhorarmos a condição dos pequenos Municípios, para que possam enfrentar as dificuldades e não sejam estimuladores da saída de pessoas do Interior para vir complicar mais ainda a estrutura de Araucária e de tantos outros Municípios. É justiça social, sim.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Caíto Quintana, norteia a sua preocupação o que já norteava o Imperador de Roma, Otávio Augusto, quando no ano zero, da nossa era...

O Sr. Caíto Quintana - Eu não conheci esse cidadão, para saber se ele pensava como eu, Deputado.

O SR. RAFAEL GRECA - Mas eu lhe conto e peço que me dê crédito. Quando ele encomendou do poeta Virgílio o poema "Geórgicas", dos trabalhos com a terra, para ser para ser declamado nas aldeias do império, para que o povo soubesse das virtudes da vida do campo, e não viesse para a cidade, para a urbe, para a capital imperial, que se estava transformando na cloaca máxima, na cidade suja, na Roma tenebrosa, que preocupava os urbanistas, já naquela época, já do primeiro tempo da Era Cristã.

A sua idéia é norteadada pela fixação do homem do campo, através do estímulo da fixação do homem no campo.

Com as tintas da sua intervenção, eu provo que há solução melhor do que o projeto do Deputado Mário Pereira e do que o



Substitutivo Geral, apresentado agora, pela Bancada do Governo. Quer ver?

O Sr. Caíto Quintana (aparte) - Deputado, apenas para reestabelecer. Vossa Excelência citou duas vezes. Eu gostaria só de resgatar. Vossa Excelência cita o projeto do vice-Governador Mário Pereira. Não é do vice-Governador. É do Deputado Mário Pereira, que não era vice-Governador quando apresentou o projeto. Não é da Bancada do PMDB. Este projeto é do Deputado Mário Pereira e meu, como poderia ser do Deputado Mário Pereira e qualquer outro Deputado, de outro Partido. Haja vista que uma das pessoas que mais cobrou este projeto, foi o Deputado Rubens Bueno, que pertence ao PSDB.

Então, não vamos colocar este projeto no Plenário, como se fosse um projeto do Governo, porque nós não sabemos nem sequer se o Governo é a favor ou contra. Esta é uma prerrogativa deste Parlamento, que nós estamos votando sem a menor interferência do Governo. É justiça para produção, porque o fato gerador do ICM, valendo-me para contestar a sua colocação, do ilustre senhor do ano zero, que eu não tive o prazer de conhecer. Mas, não é só não vir...

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Então, tire-se do príncipe, o mérito que tinha César. César pensava, estrategicamente: "príncipe não pensa".

O Sr. Caíto Quintana (aparte) - O que nós estamos pensando, como alinhamento básico do nosso programa é o reestabelecimento da justiça. Se o ICM tem, como fonte geradora, a produção; a produção tem que ser levada em conta na hora dos critérios de distribuição. Não é justo que se você produz, não se meça a área de terra, não se meça o número de propriedades agrícolas, não se meça isso, porque é isso que gera a produção. Senão, nós teremos, daqui há pouco, um Mônaco, situado todo mundo ali dentro, ninguém produzindo, e nós não teremos a produção para gerar as indústrias.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Vamos só mostrar, com relação às doze menores cidades, em população, no Estado do Paraná; os doze municípios com menor população do Estado do Paraná.

Eu não tenho dados para confrontar com o Substitutivo. Mas, do projeto com as emendas por mim e por outros Deputados apresentadas, eu tenho dados.

A cidade de Santo Antônio do Paraíso, aonde vivem 2.883 almas, com a emenda Emenda Mário Pereira, ganharia 36,45% a mais. Com a minha Emenda, ganharia 38% a mais.

A cidade de Santa Inês, aonde vivem 2.798 almas, com a Emenda Mário Pereira, ganharia 27,6% a mais. Com a minha Emenda, ganharia 68% a mais.

A cidade de Nova Aliança, das margens do Rio Ivaí, aonde vivem 1.060 almas, com a minha Emenda, ganharia 31%. E com a Emenda Mário Pereira, apenas 21%.

A cidade de Jardim Olinda, lá na barranca do Rio Paranapanema, aonde vivem 1.077 almas...

O Sr. Caíto Quintana - Deputado, apenas para raciocínio...

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Usei eu as suas tintas. Estou usando as suas armas, agora.

O Sr. Caíto Quintana (aparte) - Vossa Excelência "pinçou" dois nomes. Eu gostaria que Vossa Excelência me dissesse, então, quem perde. Porque não há mágica. Se alguém ganha, alguém perde.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Eu sei quem perde. Perdemos nós, as cidades grandes, no valor adicionado. E perde o bolo, como um todo. Se nós aumentarmos o fator fixo, por exemplo, dermos um valor adicionado de 80%, 10% privilegiarmos na proporção do número de habitantes, 4% na proporção da produção agrícola, além daquilo que se contempla já no valor adicionado; 4% de fator fixo e 2% de área. Porque Curitiba não pode pagar. Ela é o maior município do Estado, no tempo do Juca Tigre, da Cesmaria que deu origem aos ovos de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, a cidade ia até Lages, ia até Campo Largo, ia até a barreira do Rio Itararé. Depois, em 1900, se demarcou cada rio a um dia de carroça, e se fizeram os municípios da região metropolitana. Não pode pagar a cidade por ter tido no processo histórico uma divisão espacial que não é de grande extensão territorial, porque se vai, por exemplo, premiar Guarapuava pelo atraso de suas estruturas de áreas, pelos feudos que lá se conservam, não tem porque. Vamos continuar com as cidades pequenas: Irajá, 2.945 almas, 14% ganha com o projeto apresentado pelos nobres Deputados Caíto e Mário, 44% com meu projeto. Guarapira, 2.792 almas - aí se faz justiça - ganharia 69% com o projeto do Mário Pereira, e com o meu 36%. Flórida, 1.940 almas, 42%, e com o meu projeto, 46%. E para contemplar o Hermas Brandão e o Valderi Vilela, Barra do Jacaré, com 2.766 almas, ganharia 29% e o José Afonso também ganharia 29% com o projeto do Mário Pereira e 25% com o meu projeto. Veja, dizia Rui Barbosa, que fazer justiça é tratar de maneira desigual os desiguais.

Eu compreendo a intenção de Sua Excelência. Lamento que não exista, como Caíto Quintana disse agora, do Governo, essa visão estratégica, mas felicito a Bancada, felicito os dois Deputados por ter saído de suas cabeças essa visão estratégica. Acho que nós precisamos de visão estratégica para o Paraná, isso é muito importante, vai daí que sempre me referi ao Mário Pereira como vice-Governador eleito, porque estimo que o Deputado, saindo desta Casa, ele propõe a sua visão estratégica na orientação dos destinos do Estado, e quero mais, quero sugerir um tratamento desigual aos desiguais, mas de forma a não se asfixiar essa cidade de um milhão e meio de habitantes que não precisa ser transformada numa cloaca máxima, não precisa ser transformada num espaço de desolação, de infortúnio, só porque é próspera. Porque senão transformar os jardins de Maringá a imagem e a semelhança das grandes cidades do terceiro mundo em espaços de miséria, porque senão transformar os espaços de Londrina em espaço de miséria. O nosso raciocínio deve ser sempre "per bene", ou seja, para o bem, para o maior, para o melhor, e nunca devem ter raciocínios para a diminuição, para a escassez. No tempo difícil em que nós vivemos, pede-se à Assembléia do Estado do Paraná, que vote este Projeto, buscando a efetiva justiça estratégica. O que é aceitável para Curitiba? O que é aceitável para Araucária? O que é aceitável para as cidades industrializadas, e o que é aceitável para o campo na área da produção agrícola e pastoral?

Tem o Senhor vice-Governador o meu aparte.

O Sr. Mário Pereira (aparte) - Deputado Rafael Greca, o Senhor afirma que o nosso Projeto é um Projeto que se coloca contra a possibilidade de progresso das cidades, afirmou na sua fala.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Eu disse que não é progressista sufocar as cidades grandes, e muito menos é pregressista asfixiar as cidades grandes em nome de se contemplar as pequenas.

O Sr. Mário Pereira - Não se asfixiam as cidades grandes; Curitiba que tem no ICMS a sua quarta ou quinta fonte de arrecadação em importância, perde com esse Projeto 9% da sua quarta ou quinta fonte de receita. Pois muito bem, quarta ou quinta o ICMS deve se situar, e eu não conheço bem a participação de cada fonte de receita na receita global de Curitiba, por volta de 20%; 20%, 9% de 20% é retirar da arrecadação, da receita de Curitiba, 1,8%. Isso não vai asfixiar Curitiba, porque a

curva de crescimento dos grandes Municípios que se verifica nos últimos dez anos, que levou a edição da Emenda 17, e agora novamente a se procurar corrigir, vai fazer com que 1,8% da receita de Curitiba não deve ser muito diferente deste número que eu estou colocando, se vá asfixiar a cidade de Curitiba.

As cidades pequenas, as de menor número de habitantes, no seu próprio discurso, no seu arrazoado, demonstra que na sua Emenda, como neste substitutivo ou no Projeto original, algumas ganham e outras perdem, em uma ou noutra, porque é impossível, mudando-se os critérios, todas subirem ou todas descerem. No nosso substitutivo, o menor Município em arrecadação do Paraná, Jardim Olinda, que pelos critérios atuais ainda teria a reduzida participação no ICMS em zero (0,34), no Projeto original sobe 5% e no substitutivo 27%.

Outro Município, Nova Aliança do Ivaí, com a sua Emenda, subiria 31, com o nosso substitutivo sobe 39%; mas de qualquer forma, sobem por que? Porque nós aumentamos o valor fixo de um, que é hoje pela Lei, pelo Projeto para 2,5%.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - E o aumento dá 4.

O Sr. Mário Pereira - Exatamente. Mas, como mudam altos critérios, também aumentando o valor adicionado, e a população, mesmo aumentando para 4, o Município de Nova Aliança do Ivaí, ainda tem um percentual, aumentado em grau menor, um percentual menor na sua Emenda, do que no nosso substitutivo.

Critério de área, Deputado Rafael Greca, é evidente que um município como Tibagi, com uma área grande, o Prefeito muitas vezes, fica torcendo para que chova, para que ele possa parar as máquinas, porque ele não tem dinheiro para pagar o óleo diesel. A área aumenta a despesa dos municípios, assim como o número de propriedades rurais. O número de propriedades rurais, o minifúndio, que é importante para a economia do município, vai fixar lá o homem no campo, pois é o minifúndio que faz, que produz exatamente o alimento que vai para a mesa do parananese, faz com que a Prefeitura Municipal tenha que fazer mais estradas, mais acesso às propriedades com um gasto muito maior para a municipalidade.

E é claro, o constituinte, isto é o que eu queria colocar, o constituinte já previu que 75% está lá na Constituição Federal; é o valor adicionado. Este tem que ser para garantir os chamados investimentos industriais. O progresso de Curitiba e Região Metropolitana, Londrina, Maringá, dos grandes pólos do Paraná.

Mas 25% é a critério de cada Estado, pois a situação da economia de cada Estado é diversa. A realidade econômica de cada um dos Estados da Federação, o constituinte entendeu que é diferente, e que a Assembléia Legislativa, em contato com os seus membros, com os Municípios do Paraná, teriam condições de fazer mais justiça. Portanto, está preservado pela própria Constituição Federal 75% de valor adicionado, no mínimo, e mais 2% pelo nosso substitutivo, 77%; 23%, Curitiba também produz, Curitiba tem área, Curitiba tem propriedades rurais, Curitiba tem produção agropecuária, Curitiba tem população; Curitiba evidente que participa de todos os outros índices.

O que nós não podemos é que uma atividade que não exija grande tecnologia, como a agricultura, que a Argentina compete, o Paraguai, todos os países do mundo produzem alimentos, uns em maior e outros em menor escala. A Europa produz alimentos, os Estados Unidos é o maior produtor de alimentos em que o preço do mercado internacional faz com que os governos tenham que subsidiar a produção para que o agricultor continue produzindo, mas que é vital para as garantias das nossas vidas a produção do alimento. Nós estamos querendo aqui é diminuir a penalização, se já existe no preço e o valor agregado é pequeno, nós não podemos jogar todos ao desestímulo da produção agrícola, o agricultor desestimulado do nosso País, que não tem a sua agricultura subsidiada como a quase totalidade dos países do mundo e as Prefeituras sem arrecadar, sem poder dar o mínimo de assistência, de saúde, de educação e de transporte.

Essa diferença de 1,8% para Curitiba não vai fazer com que nas imediações do apartamento do Líder Caíto Quintana ou do meu nas condições de vida piores, mas será fundamental para que Caíto, o nobre Deputado Rafael Greca e eu possamos continuar nos alimentando. Nós não podemos liquidar com a produção agrícola. Uma crise agora que o Governo Federal não liberou recursos para a agricultura. Tem municípios no Interior, Deputado, que são municípios de bóias-frias; municípios que, quando chove muito ou numa época de seca, eles não têm a quem recorrer senão à Prefeitura; são populações indigentes com a nossa estrutura agrária perversa.

Portanto, não vão secar os belos jardins de Maringá, Deputado Rafael Greca, 1,8%, não vai deixar a Travessa da Luz, onde eu moro no Juvevê, esburacada, mas vai garantir a nossa alimentação e a manutenção do homem lá no campo para não vir aqui aumentar nas periferias de Curitiba as favelas da nossa capital.

Portanto, isso é o mínimo que nós podemos fazer Deputado. Aqui está um critério de justiça que esta Casa já votou favoravelmente em 86; muitos dos Deputados aqui participaram daquela luta. É evidente que existe os embates políticos, porque todos nós aqui somos votados com um percentual maior nas grandes cidades, temos a preocupação com as cidades que nos elegem, mas temos, antes de mais nada, a preocupação da manutenção da nossa estrutura agrária, do nosso agricultor continuar produzindo e acabar com a penúria, a indigência de certas Prefeituras do interior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa aos Senhores Deputados que vai retirar da Ordem do Dia o referido projeto, que é matéria de alta indagação, eu não sei bem o que é alta indagação, mas publicará o Substitutivo Geral da forma com que fez publicar as Emendas já apresentadas. De maneira que Vossas Excelências se preparem para a próxima discussão.

O SR. NEIVO BERALDIN (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, só levantei uma questão de ordem apenas para cumprimentar a Presidência pelo ato. Eu acho que corresponde, porque penso que o Projeto é bastante complexo cabendo aí uma discussão maior, e nós voltaremos com mais conhecimento da matéria. Gostaria de cumprimentar apenas a Presidência por esta atitude.

O SR. RUBENS BUENO (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, a retirada da pauta significa 4.<sup>a</sup> Discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. A matéria não será votada na Sessão de hoje, nós estamos em 2.<sup>a</sup> discussão. A Mesa vai publicar o Substitutivo Geral da forma com que o fez com as emendas já apresentadas, figurará na pauta durante duas sessões. E o projeto não terá prejuízo em seu encaminhamento de votação porque a Presidência decidiu convocar a Assembléia, vai fazer através de uma reunião com os Senhores Líderes para que se determine o período da convocação extraordinária.

O SR. RUBENS BUENO (Questão de Ordem) - Eu só quero indagar a Vossa Excelência porque o Deputado Neivo Beraldin acabou de parabenizá-lo pela decisão. Eu lamento mais uma vez. O projeto apresentado pelo Deputado Mário Pereira e Caíto Quintana está nesta Casa desde o dia 19 de março deste ano. Nós estamos aqui desde o início de agosto com regime de urgência em cima desta mesma Emenda. Portanto, se alguma coisa aconteceu de errado não foi com aqueles que pretendiam ver esta discussão

definitivamente encerrada, até porque, Senhor Presidente, esta matéria foi discutida em todas as sedes regionais, com os Senhores Prefeitos, Vereadores, e lideranças municipais. Quem está falando neste momento são os membros do Parlamento do Paraná, mais uma vez. E eu lamento não ter sido votado isto em tempo, em tempo hábil, antes das eleições até, porque o compromisso seria muito maior perante a sociedade paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que nem todos os Deputados têm a inteligência, a cultura de Vossa Excelência, que pode apreciar um Substitutivo Geral em cinco minutos, como este apresentado pelos Deputados Caíto Quintana e Mário Pereira.

Eu entendo que esta matéria é muito importante e nós temos que ter um intervalo, a exemplo do que a Mesa fez com as Emendas anteriores, mandando publicá-las e vai fazer e agir da mesma forma.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Pela Ordem) - Eu solicitaria que os Deputados Caíto Quintana e Rafael Greca fornecessem à Mesa as tabelas que possuem para que também fosse publicado juntamente com a Emenda Substitutiva e assim os Deputados teriam informações mais concretas a respeito de todos os municípios e quais os efeitos desta lei nesses municípios.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria também de parabenizá-lo porque Vossa Excelência atendeu o apelo que eu fiz no início da discussão para que fosse retirada da Ordem do Dia, em função de que é uma matéria polêmica e agora com os debates, tanto do Deputado Caíto Quintana, Mário Pereira e Rafael Greca, nós todos ficamos realmente confundidos em quem perde e quem ganha. Nesse perde e quem ganha a Assembléia é Assembléia é que não pode perder também.

Então, na verdade é importante esta decisão para que nós possamos apreciar esse substitutivo que vai ser publicado amanhã e para que nós também possamos apresentar no dia de amanhã um outro substitutivo para saber, na verdade, qual é o que vai se coadunar melhor com os interesses dos municípios.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, a colocação que o Deputado Algaci Túlio faz para apresentar amanhã um outro substitutivo, caberia, haveria tempo ainda?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Cabe. Até a terceira discussão cabe a apresentação de emendas ou substitutivos. A

Mesa não tem condições de impedir a apresentação de emendas.

O SR. RUBENS BUENO - Então não justifica deixar de votar ou não, o projeto hoje para ir à terceira discussão amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nobre Deputado, a Mesa fez publicar as emendas apresentadas em 2.<sup>a</sup> discussão. Há uma emenda muito importante que é um Substitutivo Geral, e por consequência terá preferência na votação regimental, a Mesa vai fazer publicar esse substitutivo geral e em seguida o projeto retornará à Ordem do Dia para votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, só para concluir eu quero dizer o seguinte aos Senhores Deputados: o fulcro do excesso não está na pretensão de se auxiliar os municípios de menor poder econômico, mas está na quadruplicação dos indicadores que contemplam a área agrícola. Vai a cidade capital, os dados eu conheço, peço desculpas de não citar das cinquenta outras cidades, vai solicitada por uma rede escolar de setenta e cinco mil alunos, por uma rede de saúde de sessenta postos de saúde, por uma rede de escolas de cento e vinte escolas, por uma rede de creches de perto de cento e doze creches, por programas de compra de lixo nas áreas mais pobres da cidade, para uma ecologia voltada para o bem-estar dos mais pobres, por um déficit habitacional de setenta mil moradias...

O Sr. Caíto Quintana - Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. RAFAEL GRECA - ...e por um déficit de empregos que já, já vai bater à nossa porta.

(DISCUSSÕES PARALELAS).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Sobremaneira os fatos geradores da pobreza estão no território inteiro, mas sobremaneira estão nas cidades maiores. A proporção dos problemas que dizem respeito ao bem comum está na ordem direta da concentração da população e aí, Deputado Caíto Quintana, nós somos concordantes, não devemos nem discutir. Agora, eu digo que podemos suportar até 80% do valor adicionado. Setenta e sete por cento já não podemos.

Tem o Deputado Rubens Bueno o aparte.

O Sr. Rubens Bueno - Eu gostaria de primeiro agradecer a Vossa Excelência pelo brilhantismo do seu pronunciamento.

Aliás Vossa Excelência vai à tribuna, alega esta Casa, por sua capacidade intelectual e sobretudo por sua grandeza moral e ética. Mas, gostaria de lhe cobrar a grandeza política. Veja bem, Vossa Excelência, o programa do PDT, do PSDB, do PMDB, dos partidos progressistas, prega logo de início que a luta fundamental pela democracia é a descentralização de poder e a desconcentração de renda.

O SR. RAFAEL GRECA - A volta do poder local.

O Sr. Rubens Bueno - Perfeito. E este projeto está procurando corrigir essas injustiças. Foram corrigidas com a Emenda 17 de 1986, está se procurando corrigir agora com a proposta do Deputado Mário Pereira através do Projeto n° 266/90 e agora as emendas que estão sendo discutidas nesta Casa.

Então, cobro de Vossa Excelência a grandeza política para o momento em que estamos vivendo. A Capital do Estado é onde está a inteligência do Estado, aqui estão os melhores funcionários públicos, os mais capacitados, os que recebem melhores salários porque aqui está o poder decisório, o centro nervoso do Estado do Paraná.

Então, nós cobramos essa grandeza até porque nos últimos 5 anos os 13 maiores municípios do Paraná detinham 45, 46% do bolo do ICMS do Paraná; hoje já detêm 51%; no ano que vem será 53%. O que nós queremos...

O SR. RAFAEL GRECA - 52%.

O Sr. Rubens Bueno - 52, quase 53%. Mas, quero dizer a Vossa Excelência o seguinte: que nós entendemos que este projeto realmente é um projeto acima de tudo fundamental para consolidar a democracia porque desconcentrando a renda e descentralizando o poder nós vamos valorizar exatamente aonde as coisas acontecem neste Estado.

E eu gostaria também de lembrar que os municípios agrícolas deste Estado pertencem aos mesmos municípios que, produzindo neste País, detêm um terço do PIB nacional, graças aos seus esforços, às suas lutas. Gostaria também de lembrá-lo que, através do resultado da agropecuária, 50% das exportações dependem desses municípios que produzem na agropecuária.

Então, esses dados são para trazer e ilustrar exatamente que pela primeira vez, com a seriedade com que Vossa Excelência coloca a sua proposta com a seriedade com aqueles que colocam as outras emendas, se discuta profundamente os interesses deste Estado e, sobretudo, porque ninguém vai perder um centavo. O que se procura é corrigir injustiças colocadas na Constituição

Federal de 1988.

E afinal, para encerrar, quando foi falado de Foz do Iguaçu, quando foi falado da geração de energia, que no valor adicionado está ali agregado a esse valor, e aí é que é grave a distorção, Deputados. Nós temos que discutir aí porque senão gera imposto, não gera receita, nós não podemos distribuir o que não gera, o que não existe e, portanto, nós temos que discutir melhor. E, de outro lado, Foz do Iguaçu está beneficiada com a "Lei dos Royalties". Portanto, já está devidamente pago Foz e os municípios atingidos pelas inundações de Itaipu...

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Mas, não há no projeto um fator redutor para os municípios que receberão os "royalties", se houver.

O Sr. Rubens Bueno - A isenção desses tributos, Deputado, é que temos que discutir, sobretudo a nível nacional, porque não depende somente deste Parlamento, depende da unanimidade do Conselho Fazendário Nacional.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO - Uma frase: pode-se considerar como justo e equânime e com aspecto técnico sadio uma redução parcimoniosa do valor adicionado com aumento do fator redistributivo. É exatamente isso que eu encareço aos Senhores Mário Pereira e Caíto Quintana, e toda a Assembléia preste a atenção neste tempo de adiamento que o Presidente, sabiamente, concede. Se não concordasse com a justiça tributária dessa discussão, eu não iria à Assembléia, ou, mais ainda, não apresentava emendas, votava contra, porque concordo que era uma emenda com maior justiça e estou na Assembléia com a presença do vice-Prefeito de Curitiba, inclusive.

Era isso e muito obrigado.

O SR. MÁRIO PEREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu quero apelar ao senso democrático de Vossa Excelência porque eu ouvi o Deputado Algaç Túlio dizer que depois de amanhã, quando voltar à pauta em 2.<sup>a</sup> discussão ainda este projeto, novo substitutivo poderá ser apresentado. E a continuar desta forma, poderão ser dados ainda mais dois dias para ser publicado um novo substitutivo e nós vamos somente no ano que vem discutir este projeto.

Eu apelo a Vossa Excelência para que coloque à apreciação do Plenário o adiamento da votação para que o Plenário, assim entendendo, possa votar ainda hoje esta matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não pode usar de dois pesos e duas medidas. Mandou publicar as emendas apresentadas na fase de 2.<sup>a</sup> discussão e foram publicadas, e todos os Deputados receberam, e acho que esta matéria é muito importante e a Mesa vai retirar o projeto da Ordem do Dia e fará retorná-lo na sessão de sexta-feira.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas um esclarecimento de Vossa Excelência. É evidente que todos nós sabemos que a preocupação no jogo de braço aqui está na seguinte questão: esse projeto votado esse ano tem condição de ser regulamentado e vigir no ano que vem. Se nós não votarmos neste ano, embora venhamos a votar em março, abril, seja quando for, só vai vigir no próximo exercício. Eu gostaria de ouvir desta Presidência, para a tranquilidade deste Plenário e dos próprios Prefeitos que aqui estão, de que se eventualmente for convocada a Assembleia em período extraordinário, que esse projeto conste da pauta dos projetos a serem votados no período extraordinário, para que ele possa ainda ser votado no exercício de 1991.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já anunciou que após a convocação, o Presidente da Casa fará com que o projeto retorne à Ordem do Dia, e aproveito a oportunidade para convidar os Senhores Líderes de Bancada, no gabinete da Presidência, a fim de que possamos combinar o período da convocação extraordinária.

O projeto está em fase de discussão e na 2.<sup>a</sup> discussão a Mesa consulta se pode encerrar a 2.<sup>a</sup> discussão. Há mais uma discussão ainda. Eu acho conveniente se encerrar a discussão, porque já foram apresentadas emendas de 2.<sup>a</sup> discussão. Caberá emendas em 3.<sup>a</sup> discussão.

Está encerrada a discussão. Determino à assessoria da Mesa que faça a publicação, conste da pauta de amanhã e na Ordem do Dia de depois de amanhã.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 468/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 161/90), que cria o estágio remunerado nas instituições públicas estaduais, da administração direta e indireta e fundações instituídas pelo poder público. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE LEI N° 468/90

#### PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 161/90, tem

por finalidade criar o estágio remunerado nas instituições públicas estaduais, da administração direta e indireta e fundações instituídas pelo Poder Público.

Sob o aspecto constitucional e legal, nada há que impeça a normal tramitação deste pelos órgãos competentes desta Casa de Leis.

Assim sendo, esta Comissão manifesta-se FAVORAVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 475/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 165/90), que autoriza aquele poder a firmar com o município de Maringá, o termo de cessão de uso de uma área com 672,96 m<sup>2</sup>, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE LEI N° 475/90

#### PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem n° 165/90, objetiva autorizar o Poder Executivo a firmar com o município de Maringá, termo de cessão de uso de uma área com 672,96 m<sup>2</sup>, parte do imóvel pertencente ao Estado do Paraná, havido conforme transcrição n° 20.028, do Livro n° 3-T, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Maringá.

Analisada a proposta, nada encontramos que legalmente, constitucionalmente e regimentalmente possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando a mesma em perfeitas condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 496/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 170/90), que dispõe sobre a Coordenadoria de Pesquisa e Ensino Artístico - CEA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.



## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 496/90

PARECER:

O projeto de lei em tela, oriundo da Mensagem Governamental n° 170/90, objetiva denominar a Coordenadoria de Pesquisa e Ensino Artístico - CEA, unidade de execução programática da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura, de Coordenadoria de Pesquisa e Documentação - CPD, integrando-a à "Biblioteca Renée Devrainne Frank", com a finalidade de reunir e manter o atual acervo de obras musicais, provendo com o cargo de provimento em comissão, símbolo DAS-5, a chefia da Coordenadoria, objeto da iniciativa.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental da proposta em exame, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa, estando o mesmo em condições de ser apreciado pelo egrégio Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer desta Comissão Geral, que opina pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 501/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 171/90), que dispõe sobre o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, para o exercício financeiro de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

Há emendas no Orçamento. (Lê emenda supressiva do Deputado Luciano Pizzatto como Relator: "Fica o Poder Executivo...")

Os Deputados que a aprovam, conservem-se como estão. Aprovada.

Emenda aditiva: "Destaque-se..." (Lê).

Os Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Do Deputado Caíto Quintana, no art. 6, acrescenta a palavra "atualizados".

Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

Do Deputado Rubens Bueno: "Acrescente-se..." (Lê).

Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, conservem-se como estão. Aprovada.

O Deputado Antônio Annibelli requer seja apreciado em Plenário a Emenda 45 "que inclui na página 43..." (Lê).

Os Senhores Deputados que a aprovam, conservem-se como estão. Aprovada.

Do Deputado Antônio Annibelli, requer ao Plenário Emenda.... (Lê).

Os Senhores Deputados que a aprovam, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Apenas porque acho que Vossa Excelência, para constar dos Anais, quando leu a minha emenda... tem outra alteração com emenda aditiva propondo a substituição da palavra "complementado" por "suplementado".

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi aprovada.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Muito obrigado!

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 526/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 180/90), que autoriza aquele Poder a doar ao município de Toledo o imóvel que especifica, no distrito de Nova Sarandi. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 526/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental n° 180/90, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Toledo o imóvel que especifica, no distrito de Nova Sarandi.

Procedida à análise legal, constitucional e regimental, notamos a sua conformidade, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando o projeto em tela, em condições de ser apreciado pelo egrégio Plenário.

Sendo assim, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 527/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 182/90), que cria 352 empregos de agente de reclusão II no quadro de pessoal CLT do Departamento Penitenciário do Estado, unidade da Secretaria da Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

## COMISSÃO GERAL

## PROJETO DE LEI N° 527/90

PARECER:

De autoria do PODER EXECUTIVO, o presente projeto de lei cria 352 empregos de agente de reclusão II no quadro de pessoal CLT do Departamento Penitenciário do Estado unidade da Secretaria da Justiça, Tra-

balho e Ação Social.

A criação das vagas de que trata o presente projeto de lei, impõe-se como medida essencial e inadiável para a estrutura de apoio administrativo do Departamento Penitenciário do Estado, vez que o Agente de Reclusão caracteriza elemento humano-funcional imprescindível, quantitativa e qualitativamente, no sistema prisional.

Assim sendo, em vista das razões acima expostas e por não existirem óbices legais que possam impedir a aprovação deste projeto nesta Casa de Leis, é o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 540/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 184/90), que concede abono provisório aos integrantes do magistério estadual, na forma que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 540/90

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei em tela objetiva conceder, a partir de 1° de novembro de 1990, abono provisório aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério Estadual, nos valores e condições que especifica.

A presente proposta tem como principal objetivo amenizar a grande defasagem salarial em que se encontra a categoria do magistério, procurando um denominador comum que venha ao encontro dos anseios e necessidades da classe.

Assim sendo, pelas razões acima expostas, e por não existirem óbices legais que possam impedir a aprovação deste projeto nesta Casa de Leis, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua efetivação em forma de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 547/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 187/90), que cria no quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação - SEED, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, os empregos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 547/90

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei em tela objetiva criar no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho, os empregos que especifica.

O plano de lei ora encaminhado a essa augusta Casa consulta plenamente aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que os 71 empregos públicos cuja criação é proposta destinam-se aos Colégios Agrícolas da Rede Estadual de Ensino, vindo, assim, suprir a falta de recursos humanos com que atualmente se deparam tais estabelecimentos de ensino.

Assim sendo, em vista das razões acima expostas e por não existirem óbices legais que possam impedir a APROVAÇÃO deste PROJETO nesta Casa de Leis, é o nosso parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por tempo indeterminado dos Projetos de Lei n°s 547 e 625/90.- Retirado pelo autor.

O SR. NEREU MASSIGNAN (Para encaminhar) - Senhor Presidente, o Deputado Renato Adur solicita a retirada do Projeto de Lei n° 547/90, da Ordem do Dia, que é de autoria do Poder Executivo. O Governador Álvaro Dias encaminhou a esta Assembléia através da Mensagem n° 187/90, que cria no Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Educação, sob regime CLT, os empregos que especifica. O item 39: este projeto também de autoria do Senhor Álvaro Dias, através de Mensagem n° 225/90, que institui a Defensoria Pública no Estado do Paraná. Observados os art. 134 da Constituição Federal, 127 e 128 da Constituição do Estado do Paraná. Eu estranho que o Deputado Renato Adur, em segunda discussão de dois projetos de suma importância e aqui estamos de acordo com o Governador Álvaro Dias, um que regulamenta dispositivos que se destinam a melhorar a estrutura da Secretaria da Educação. E o outro que cria a Defensoria Pública. Agora o que que é Defensoria Pública se não aquilo que está na Constituição e que determina que se faça os Defensores Públicos que vão atender os pobres. Aqueles que não têm direito e

acesso à justiça, esta Assembléia no final desta Legislatura, não pode de maneira nenhuma aceitar que a discussão da Defensoria Pública seja relegada a um segundo plano.

Já se passou um ano da criação da nossa Constituição, e agora que temos a mensagem encaminhada pelo Executivo, e temos a oportunidade de abrir o campo aos necessários que precisam de justiça, nessa sociedade complicada onde se ferem os direitos, e o direito permanece ferido, porque o acesso à justiça é distante, longo, oneroso, demorado e mais que isto, ao pobre, ao miserável que tem o seu direito ferido, tem medo do Poder Judiciário. Compreensível esse medo porque ele acha que o acesso a isto lhe é difícil. Este medo, esta dificuldade, que não é o Poder Judiciário que cria, mas a própria sociedade no seu relacionamento entre os semelhantes, não pode deixar que o defensor público abra o caminho e elimine o medo daquele que precisa do seu direito consagrado.

Há pouco, tivemos aqui em Curitiba, um encontro Nacional sobre o direito de defesa dos consumidores, e eu dizia à minha assessora Advogada, entusiasmada em participar desse encontro, numa visão pessimista até das coisas, que eu não acreditava que esses direitos do cidadão se consumassem. Que me parecia quase que perder tempo em se discutir direito do consumidor, quando não se tem ainda o acesso para que esse direito seja levado ao Poder Judiciário. E quando vi a Mensagem criando a Defensoria Pública, eu revi o conceito, porque o defensor público vai ser aquele que vai estender a mão ao pobre, ao necessitado e levá-lo à frente do Desembargador, do Juiz e dizer: - "Senhor Juiz, Senhor Desembargador, aqui está um cidadão ferido no seu direito que lhe garante a Constituição". Aqui está o cidadão, e para usar os termos modernos de hoje, na política "descamisados", sem chinelos, mas respeitado que procura o direito de Cidadania. Está aqui o que a Constituição garante a todo o brasileiro, ao miserável, também perde o medo do Senhor Juiz, que o seu direito lhe seja reconhecido, que se lhe coloque uma camisa, que se lhe dê um teto, que se lhe dê o direito do ônibus, que se lhe dê o direito de tapar os esgotos, cujo cheiro entra no seu casebre. Que se lhe dê o direito, que não se faça o que se fez em São Paulo ontem, num despejo desumano. E quando se vê o Secretário de Segurança daquele Estado - as eleições já se passaram - dizer: - que a justiça não deveria conceder despejos, lavando as mãos como Pilatos, mas o Secretário de lá também tinha a condição, o direito e o dever de não mandar a polícia matar gente que não tem casa, tinha que se preocupar em criar a De-

fensoria Pública, Renato Adur, Deputado ilustre reeleito, e a Defensoria Pública levaria os favelados ao Poder Judiciário a pedir a justiça, teto para quem não tem, porque a Constituição garante isto, a Mandado de Injunção vai garantir isto, o Mandado de Segurança, o direito de cidadania, enfim, os direitos consagrados a tantos séculos para o cidadão.

Eu voltaria à História para justificar que não se pode adiar esta discussão, no direito natural, que é o direito à vida. E direito à vida é saúde, é habitação, é teto, é esgoto, é acesso ao Poder Judiciário, para que estes direitos não sejam letra morta na Constituição e nesta sociedade injusta brasileira.

Contra o requerimento! A favor dos defensores públicos!

O SR. AIGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu gostaria até que o Deputado Renato Adur fizesse a justificativa do seu pedido, porque na seqüência, quero também me reportar contrariamente à retirada, porque o Governador Álvaro Dias fez promoção em cima da criação da Defensoria Pública. A Primeira Dama do Estado foi madrinha da Defensoria Pública.

Então, não consegui entender, até agora, o porquê desta retirada. Eu gostaria que o Deputado Renato Adur viesse com a justificativa e que pudesse nos convencer a aceitar o seu pedido de retirada.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência lendo o pedido de retirada de duas Mensagens, e eu me reporto, principalmente à Mensagem, também, da criação da Defensoria Pública, que é uma determinação constitucional, tanto de nível federal, quando promulgada a Constituição Federal, criou as defensorias públicas, já com as normas pré-estabelecidas, a nossa Constituição do Estado também cria a Defensoria Pública, e as atribuições e as vedações dos defensores públicos. E como nós estamos em segunda discussão, eu gostaria de solicitar ao Deputado Renato Adur que retirasse o seu requerimento, até que nós possamos discutir melhor as razões que o levam a retirada, e se houver necessidade de retirada, que possa ser retirado amanhã. Não estamos consumando a terceira votação, hoje. Para que não votássemos em segunda discussão no dia de hoje, e posteriormente, Deputado Renato Adur, me comprometo com Vossa Excelência a discutirmos a questão, para ver se apresentamos, endossado pelos demais companheiros, se for necessário amanhã, o pedido de retirada, ou se votamos e criamos a defensoria pública, cumprindo pre-

certo constitucional.

O SR. RENATO ADUR (Para encaminhar) - Primeiramente eu queria cumprimentar o brilhante pronunciamento do Deputado não eleito, Deputado Nereu Massignan; e dizer ao companheiro Nereu Massignan que eu não sou contra a criação, digo, que não sou contra o projeto, efetivamente.

Eu só entendo que quando se trata de criação de novos cargos no Estado, já que nós condenamos tanto a criação de novos cargos e despesas para o erário público, eu entendi que seria melhor pedir, através de um requerimento, a retirada por uma sessão, para que pudéssemos discutir melhor este assunto e voltaríamos amanhã, com embasamento melhor, para discutirmos isto.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. NEREU MASSIGNAN - O nobre Deputado Renato Adur me permita, esclarecer, que no item 33, que foi aprovado agora, em 2.<sup>a</sup> discussão, projeto de lei também de autoria do Poder Executivo, que cria 352 empregos de agentes de reclusão. Aprovamos.

Abono provisório ao Magistério Estadual. Item 34. Aprovamos.

A criação de quadro da Secretaria de Educação, artigo 35. Aprovamos.

Estágio remunerado, item 28. Aprovamos.

Novo quadro da Delegacia de Polícia. Item 26. Aprovamos.

Criação da Coordenadoria de Pesquisa e ensino artístico. Item 30. Aprovamos.

Quarenta por cento de responsabilidade técnica para a Procuradoria Geral da Justiça. Aprovamos.

Aprovamos, item 17, tabela de vencimentos e não diz do que.

Aprovamos 150% de gratificação para os componentes do quadro da penitenciária.

Aprovamos a nova estrutura organizacional básica da Procuradoria Geral. Item 11. Aprovamos.

Aprovamos quadro de pessoal da Polícia Civil, com as alterações da específica lei. Item 12.

Aprovamos a regularização da situação dos inativos da Guarda Civil.

Aprovamos o aumento do efetivo da Polícia Militar para vinte mil homens. Quantos homens possui hoje, a Polícia Militar? De dezenove para vinte mil homens.

Ora! Deputado Renato Adur, se nós aprovamos tantos projetos de interesse do Executivo criando cargos, aumentando, concedendo gratificações, aumentos, reestruturação de quadro, não se justifica que a Procuradoria, a defensoria pública que não existe nada, existe uma estrutura que foi

montada aí mas que precisa ser estruturada, que precisa se cumprir a Constituição, não se justifica que a criação de cargos gera medo, gera polêmica na Assembleia. Em relação à Defensoria Pública, que é o defensor do pobre, do miserável, vamos criar os cargos, vamos pagar os bens porque o pobre, o miserável terá direito à justiça.

O SR. NAMIR PIACENTINI (Para encaminhar) -

Entendo perfeitamente a posição do Deputado Nereu Massignan, não questiono os outros projetos, dos meus projetos os que me ative foram apenas a esses dois, não questiono os demais. Mas, respeitando a ponderação do nosso Líder o Deputado Caíto e entendendo a situação eu retiro o meu projeto da Ordem do Dia de hoje e voltaremos amanhã, se for o caso, dependendo das negociações que fizermos.

Era isso que tinha a dizer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Retirado o requerimento.

2.<sup>a</sup> discussão do Projeto de Lei n° 547/90. Aprovado, artigo por artigo.

Há emendas do Deputado José Rogério Carvalho.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 573/90, de autoria do Deputado José Rogério Carvalho, que altera a redação da Lei n° 9391 de 01 de outubro de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

O SR. PEDRO TONELLI - Qual é o item da Ordem do Dia, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 36, folhas 07. A emenda consta do avulso distribuído aos Senhores Deputados. Transfiro a votação dessa matéria para a sessão de amanhã.

A Mesa solicita aos Senhores Deputados que observem os avulsos que foram distribuídos e amanhã nós vamos discutir e votar, se for possível.

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE LEI N° 573/90

#### PARECER:

De autoria do nobre Deputado José Rogério Carvalho, o projeto de lei que ora examinamos altera a redação da Lei n° 9391, de 01/10/90.

O projeto de lei em tela altera o Art. 4° da Lei n° 9391 de 01/10/90, dando-lhe nova redação ao acrescentar ao "Grupo B" os itens massas alimentícias, pães, cuques, e refeições industriais; tratores, máquinas e implementos agrícolas.

Tendo em vista o acima exposto e considerando-se a inexistência de óbices legais e/ou constitucionais que inabilitem a

tramitação do projeto nesta Casa, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.12.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) EZEQUIAS LOSSO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 589/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan e outros, que acrescenta ao § 3° do artigo 76 da Lei n° 7297/80, os incisos conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE LEI N° 589/90

#### PARECER:

O plano de lei em tela, de autoria do nobre Deputado Nereu Massignan e outros, tem por finalidade acrescentar ao § 3° do artigo 76 da Lei n° 7297/80 os seguintes incisos:

II - Os Juízes de Direito de entrância final auferem 95% (noventa e cinco por cento) dos vencimentos dos Juízes do Tribunal de Alçada.

III - A seguir, a diferença de vencimentos dos Juízes de Direito, de uma para outra entrância, é de 5% (cinco por cento).

Esta Comissão manifesta-se FAVORÁVELMENTE pela APROVAÇÃO da medida proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, com o consequente envio na forma de sugestão ao Poder Judiciário, do Projeto de Lei n° 589/90. - Aprovado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)

- A Assembléia não pode transformar um projeto de lei de um Parlamentar em sugestão. Desculpe-me, nobre Líder do PMDB, o projeto de lei que nós estamos discutindo, que é de minha autoria, regulamenta também a Constituição, que a concessão de 5% diferenciado na carreira de Juízes de Direito, está na Constituição, é simplesmente uma regulamentação disso. Então, me posiciono contrário ao requerimento de Vossa Excelência e faço um apelo aos nobres Deputados que demos ao Poder Judiciário a estrutura constitucional e os direitos constitucionais que eles têm direito e merecem, para que também possam, no momento

em que a Defensoria Pública estiver estruturada, dar também a estrutura necessária do Poder Judiciário para atender as demandas dos necessitados desse Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Justificativa) -

Primeiro, nobre Presidente, não vejo estrutura do Judiciário, até porque se fosse estrutura do Judiciário, ficaria na competência exclusiva do Poder Judiciário. O que existe é um projeto de autoria do Deputado Nereu Massignan e outros, colocando vinculação de vencimentos de juizes do Tribunal de Alçada. Esta Casa, durante todo o ano, e por isso meu requerimento, teve um procedimento elogiável de Vossa Excelência. Toda matéria que se referiu a vencimentos, estrutura do judiciário no cumprimento de um preceito constitucional, foi transformado em sugestão, não aceito requerimento, nem projeto, transformado em sugestão, para que a origem da Lei seja do Judiciário, que é o Poder independente, constitucionalmente é o Poder que pode estipular salários e estrutura do Poder.

O projeto do Deputado Nereu Massignan, embora meritório, fere frontalmente a Constituição, porque não pode esse pagamento interferir em matéria de exclusiva competência do Judiciário, conforme a própria Constituição. De tal sorte que, se nós votarmos este projeto, nós estaremos aprovando um projeto inconstitucional, ferindo a autonomia do Judiciário e, por esta razão, considerando o seu projeto, nobre Deputado, é que eu pedi que ele fosse encaminhado como sugestão, para que o Judiciário encaminhe dentro dos moldes constitucionais para a Casa a vinculação de vencimento dos Juizes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado

Caíto Quintana tem razão, porque a Mesa não tem admitido emendas aos projetos orçados do Poder Judiciário, e este projeto transformou-se em projeto à parte, porque o Deputado Nereu Massignan apresentou uma emenda à Mensagem do Poder Judiciário.

Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 618/90.

Em discussão. Em votação. Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO do Projeto de Lei Complementar n° 625/90.

Há Emenda do Deputado Caíto Quintana: o Artigo 107: "Exercer a atividade político-partidária, salvo quando afastado de suas funções, sem vencimentos".

Senhores Deputados que aprovam a Emenda, conservem-se como estão. Aprovada.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

618/90, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a área de terras que especifica, para fins de desapropriação. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI N° 618/90

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Acir Mezzadri, o plano de lei em tela visa declarar de Utilidade Pública, área de terras para fins de desapropriação.

Encontra-se o processado em condições de receber o apoio desta colenda Casa, pois inexistente qualquer impedimento no plano constitucional.

Esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a apinar, vem a se manifestar FAVORAVELMENTE pela presente proposta, merecendo assim a APROVAÇÃO, por parte desta Comissão.

Neste sentido, o parecer é FAVORÁVEL, sendo pela APROVAÇÃO desta matéria.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 625/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 225/90), que institui a Defensoria Pública no Estado do Paraná, observados os artigos 134 da Constituição Federal e 127 e 128 da Constituição do Estado do Paraná.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 625/90

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 225/90, o plano de lei em tela tem por objetivo, INSTITUIR A DEFENSORIA PÚBLICA no Estado do Paraná, observados os artigos 134 da Constituição Federal e 127 e 128 da Constituição Estadual.

Encontra-se a matéria em conformidade com o disposto no artigo 65 da Constituição Estadual, sob o aspecto da iniciativa da matéria em questão. Além do que a proposta vem a observar os artigos 127 e 128 supra citados, especificamente o artigo 128, que se encontra em perfeita adequação com o que se pretende no momento.

Ao ser chamada a opinar, esta douta Comissão Geral vem a se pronunciar FAVORAVELMENTE, por todos os motivos acima desenvolvidos.

Neste sentido, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Complementar n° 625/90.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.12.90.

(a) ALGACI TÚLIO

Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO

Relator

Sobre o referido projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 625/90

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO

Artigo Único - o art. 107 do Projeto de Lei Complementar em tela, fica acrescido do inciso III, com a seguinte redação:

"Art. 107 - ...

I - ...

II - ...

III - exercer atividades político-partidária, salvo quando afastado de suas funções, sem vencimentos."

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Renato Adur, Pirajá Ferreira, Sabino Campos, Cândido Bastos.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda: Aprovada.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 79/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Associação Comercial e Industrial de Paranavaí, objetivando promover e divulgar as oportunidades e as potencialidades regionais. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 106/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito no município de Grandes Rios, para que a população decida sobre a criação do município de Rio Branco do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 189/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza convênio celebrado entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o município de Goioerê, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de um projeto de viabilização econômica com vistas à implantação de um frigorífico bovino/suíno. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL.



Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 192/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 139/90), que solicita autorização a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Fundação Universidade Federal do Paraná, para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura, objetivando a realização dos projetos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 364/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que autoriza o Poder Executivo a fixar percentual para a taxa de esgoto, conforme especifica.

#### PROJETO DE LEI N° 364/87

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a fixar o valor da taxa de esgoto em até 20% (vinte por cento) do valor da taxa de água.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Normalmente, a taxa de esgoto é fixada no mesmo valor da taxa de água, não existindo qualquer outro parâmetro para a determinação da referida taxa. Ocorre, inclusive, o fato de que imóveis que contam com serviço de água, não contam com serviço de esgoto. Então, muitas pessoas acabam pagando taxa de esgoto sem se beneficiar com o respectivo serviço.

Com a recente elevação dos valores das taxas de água, buscando corrigir algumas distorções, resultou em outra, ou seja, a elevação desproporcional do valor da taxa de esgoto, atingindo, em certos casos, imóveis que têm aquele benefício.

A medida que estamos propondo, visa o estabelecimento de um mecanismo que proteja o contribuinte do pagamento de taxas muitas vezes indevidas.

Dada a importância e o significado da matéria, confiamos contar com o inestimável apoio dos nobres Pares.

Sobre a mesa, dois requerimentos. Um, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, que requer preferência de votação para o Projeto de Lei n° 364/87, e outro requerimento conflitante do Deputado Caíto Quintana que solicita a retirada por dez (10)

sessões, do Projeto de Lei n° 364/87 (item 45 da Ordem do Dia).

Aprovado o requerimento do Deputado Lindolfo Júnior, fica prejudicado o do Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, apenas para justificar, já que será votado o requerimento do Deputado Lindolfo Júnior, eu acho que a Assembléia não pode, Senhores Parlamentares, se afogar em final de Legislatura.

O Deputado Lindolfo Júnior pretende, com esse projeto, fixar o valor máximo de até 20% a taxa de esgoto cobrada com referência ao custo da água. Traz, evidente, um impacto na questão da distribuição e cobrança de água e esgoto para a SANEPAR. É evidente que, além de termos que discutir a constitucionalidade da medida proposta pelo Deputado Lindolfo Júnior, que ao meu modo de entender, o projeto é inconstitucional, por outro lado, nós temos que analisar, nos mesmos moldes de assuntos polêmicos, a fixação de um teto máximo para ser cobrado no esgoto, quando na verdade, nós apresentamos uma série de cidades do Paraná que não têm esgoto e outras que têm um custo enorme pago pela água daquele que não tem esgoto para aproveitar.

Apenas para ilustração aos nobres Parlamentares, existe uma série de cidades do Estado do Paraná que não têm custo de esgoto e existem cidades que têm custo altíssimo. Se nós formos fixar no limite máximo de 20% o esgoto, nós estamos prejudicando a todos aqueles que não têm a prestação desse serviço, porque obviamente vai subir, na tarifa da água, a manutenção do custo da SANEPAR. Por isso, pedimos a retirada por dez (10) sessões, para que possamos estudar; e o projeto, de autoria do Deputado Lindolfo Júnior, permanecerá nesta Casa para estudo posterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o requerimento do Deputado Lindolfo Júnior. Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Lindolfo Júnior, queiram levantar-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, enquanto Vossa Excelência conta, aprovar o requerimento do Deputado Lindolfo Júnior será manter na pauta e votar, com preferência de votação, esta matéria que está reduzindo num teto máximo de 20% a cobrança de esgoto na tarifa. Por conseguinte, estamos elevando a tarifa de água

dos municípios que nada têm a ver com esgoto, porque o custo vai alterar e vai ter que ser repassado àqueles.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 18 Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Os Senhores Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

19 Senhores Deputados o rejeitam. Rejeitado o requerimento.

Em votação o requerimento do Deputado Caíto Quintana que solicita a retirada por dez sessões. Aprovado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

22 Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

14 Senhores Deputados o rejeitam. Está aprovado o requerimento.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Pela ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, o Deputado Caíto Quintana coloca como afogadilho a votação deste projeto. Este projeto foi apresentado em 1987. Está aprovado. Hoje, infelizmente, nós pagamos, se a tarifa da água dá mil cruzeiros, nós pagamos mais mil de esgoto. Nós pagamos para lavar as mãos e pagamos mais mil cruzeiros, ou seja, 100% da tarifa de água para recuperar esta água. É a tarifa mais cara do País.

É uma injustiça não aprovar um projeto desta natureza que visa, sim, justiça no Estado do Paraná com relação à cobrança da tarifa de água. Porque os grandes municípios como Curitiba, Londrina, Maringá - e posso colocar Maringá, é uma cidade que sustenta mais de cem municípios com a sua tarifa exorbitante, altíssima.

Por isto nós, que saímos deste Parlamento, que vamos prestar contas ao nosso eleitorado, saio entristecido porque este foi o primeiro projeto que apresentei nesta Casa, que tinha inclusive o parecer da Comissão Geral como autorizando a aprovação.

É lamentável que nos deixemos enganar com projetos, com palavras, no sentido de votar, de afogadilho, no final da Legislatura. Lamento. Votei contra. Sei que este projeto continuará aqui e sei que aqueles que continuarem neste Parlamento continuarão lutando sim contra estas injustiças, porque é muito fácil o Senhor Roberto Requião ir à televisão dizer que vai pagar

milho com milho, porco com porco. Quero ver ele cumprir com os compromissos de campanha. Estarei fora deste Parlamento, mas colhendo assinaturas no Estado do Paraná, e apresentando iniciativa popular para discutir com os Senhores Deputados desta Casa.

Muito obrigado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 561/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 193/90), que autoriza aquele Poder a participar de consórcio com outros Estados, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 134, de 07.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 564/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 194/90), que autoriza aquele Poder a participar de consórcio com o Estado de Santa Catarina, conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 134, de 07.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 575/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 200/90), que autoriza aquele Poder a doar ao Município de Manguaçu o lote de terreno sob n° 16.A, situado no quadro suburbano da sede daquele município, com área de 5.25 hectares, havido pelo Estado conforme transcrição n° 1192, às fls. 235, do livro 4-C do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Palmas, conforme especifica. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140, de 20.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 587/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 206/90), que altera, na forma que especifica, a tabela de salários do pessoal regido pela CLT, integrante do grupo Atividade Aviação, da divisão de transporte da Casa Militar da Governadoria do Estado. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 143, de 27.11.90, Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 602/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que proíbe a distribuição, circulação e comercialização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol (CH<sub>3</sub>-OH), conforme especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 144, de 28.11.90, Mensagem).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por duas (02) sessões, do Projeto de Lei n° 602/90. - Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Gostaria de saber o teor desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa ia ler. É a retirada por cinco sessões.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado.

Eu quero esclarecer ao Deputado Caíto Quintana que estamos aqui, a Câmara Municipal de Curitiba acabou de aprovar a proibição do metanol na Capital do Estado. Alguns Municípios também já proibiram, e aqui está o Prefeito de Antonina, nos dando o prazer de sua visita, hoje, que também foi uma das primeiras cidades a adotar a proibição do metanol na sua cidade.

Eu encareceria ao Deputado Caíto Quintana, para que nós pudéssemos inclusive agilizar, porque se for retirar por cinco sessões, só vai votar aqui no ano que vem, e já é coisa superada, e o Paraná estará enxurrado de metanol matando muita gente.

Eu já fiz a defesa do meu projeto, mas, se for o caso, eu vou subir à tribuna agora, a minha justificativa é de 9 laudas e eu vou cansá-los nesta justificativa. Por isto encareço ao Deputado Caíto Quintana, e, realmente é um assunto sério o metanol.

Todo o país discute o metanol, e nós precisamos realmente preservar a vida daqueles que trabalham nos postos de gasolina, porque aí estão as cidades dando a demonstração de preocupação com isto. Não entendo a razão da retirada por cinco sessões, o porquê da retirada do projeto de lei que hoje é votado pela sua constitucionalidade, Deputado Caíto Quintana. Eu encareço ao Deputado Caíto que retire o seu requerimento.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor

Deputado Algaci Túlio, eu confesso que não entendi, no argumento de Vossa Excelência eu entendi "Vilaldas" aí eu perguntei para o assessor quem era esse jurista "Vilaldas", quando na verdade Vossa Excelência falou nove laudas.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu falei

que na minha justificativa tem nove laudas, eu fui bem claro. Se Vossa Excelência, quando eu defendi aqui desta tribuna na semana passada, não estava na Casa ou não prestou atenção à minha justificativa, baseada em argumentos, em dados, em pareceres inclusive de juristas de renome internacional, eu vou à tribuna, não me cansarei, tenho compromisso às 17:30 representando a minha cidade, mas eu vou à tribuna e vou defender mais uma vez o meu projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Se-

nhor Presidente, o Deputado Algaci Túlio teve a felicidade de neste ano, tão adverso a todos os políticos, de renovar o seu mandato, se não tivesse acontecido, eu lhe confesso, eu teria outro procedimento com Vossa Excelência mas Vossa Excelência tem oportunidade nesta legislatura e na outra de defender.

Eu peço a retirada, Senhor Presidente, porque este Projeto, realmente, é de alta indagação e como Vossa Excelência disse que conhece juristas, as suas laudas talvez tenham pareceres de juristas.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - E tem.

Tem, inclusive, parecer da Secretaria do Estado da Saúde, que também é contrário à aplicação do metanol em Curitiba.

O SR. CAÍTO QUINTANA - ...Eu vi parecer de jurista, inclusive questionando o projeto aprovado na Câmara Municipal de Vereadores, da competência da Câmara Municipal ou da competência desta Assembléia, no caso, para proibir a distribuição, circulação, comercialização de metanol no município ou no Estado. Foge da área de competência do município, no âmbito do município da comercialização de metanol, que não é matéria de competência do município nem da Assembléia legislativa, é matéria de competência federal.

Por esta razão, e como não tenho opinião formada a respeito, e para que a Assembléia Legislativa do Paraná não vote uma lei proibitiva da comercialização, da utilização do metanol no seu território e que isso não venha encontrar embasamento legal, e ser competência nossa legislar sobre isso, é que nós estamos pedindo, Deputado, para retirar e conhecer a argumentação da possibilidade de podermos votar.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, eu quero fazer lembrar ao Deputado Caíto Quintana que na minha justificativa, deixo bem claro, inclusive, vejam bem o que diz a Constituição Federal no Artigo 23:

"- É de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- proteger o meio ambiente, combater a poluição em qualquer de suas formas.

- Artigo 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrente sobre: florestas, caça, fauna, conservação da natureza, defesa do solo, dos recursos naturais, proteção do meio ambiente, controle da poluição..." e vai aí afora. Ainda: "responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor,..." ao consumidor! Vai matar muita gente o metanol, Deputado, quando o Senhor ficar na estrada com seu veículo, sem álcool, e

pedir ao outro ajuda, o Senhor vai chupar a torneirinha e vai morrer com o metanol.

"§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades."

É nesse sentido, Deputado Caíto Quintana, que eu apelo a Vossa Excelência para que nós hoje, em primeira discussão, em relação à legalidade e constitucionalidade do projeto, aprovemos hoje e amanhã vamos discutir. Amanhã eu vou à tribuna e tentar convencê-lo.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Eu lamentavelmente, Deputado Algaci, entendo a sua boa intenção. Acho, inclusive, que o metanol pode ter riscos à saúde. Agora, os artigos invocados da Constituição por Vossa Excelência não me convencem da proibição do uso do metanol. Quando fala em meio ambiente, saúde e tal, a competência da legislação sobre combustíveis é do Governo Federal; de tal sorte que se for comercializado, produzido no País, um produto, ele terá comercialização dentro do País, do qual o Paraná faz parte da República Federativa.

É uma matéria que nos foge. Lembra Vossa Excelência que quando, na Constituinte, nós quisemos proibir a instalação de usinas atômicas no País, nos foi fartaemente argumentado que era matéria de competência federal.

Por essa razão a retirada para que nós possamos discutir, não votar uma lei inócua que não vai ser cumprida.

O SR. PAULO FURIATTI (Para encaminhar) - Estou solicitando para encaminhar.

Senhor Presidente, eu analisei o projeto do Deputado Algaci Túlio e verifiquei que tem todas as justificativas de defesa da saúde do povo paranaense no conteúdo do seu projeto. Os Estados que estão se mobilizando para evitar o uso do Metanol, desde que nós sejamos omissos, e isto eu quero cobrar aqui dos Senhores Deputados, os Estados têm competência, através de lei, de proibir o uso do Metanol, porque além de ser combustível, há um produto químico que interfere na saúde, no meio ambiente. Nós não podemos ser omissos, porque os Estados que proibirem o metanol, não usarão metanol, e os Estados que forem omissos, como alguns querem que seja, aí sim, o consumo de combustível não será levado até esses Estados e nós teremos o combustível pernicioso para a saúde de todos nós. O Paraná não pode aceitar o uso do metanol, assim como o Rio Grande do Sul não vai aceitar, assim como o Rio de Janeiro já não aceitou no passado, nós temos uma cultura do uso de combustíveis, nós teremos centenas e milhares de mecânicos que não

saberão que combustível tem no tanque, na oficina, e correrão risco de vida. Nós teremos pessoas que terão dentro do seu tanque combustível e não saberão que é metanol. Nós teremos aí um produto químico letal que nós não podemos aceitar. Retirar este projeto representa postergar uma decisão que interessa ao povo do Paraná e eu, como Deputado, irei responsabilizar qualquer Deputado que vote contra o povo, pela primeira morte que nós tivermos de metanol no Paraná.

(Palmas)

O SR. LINDOLFO JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu apenas gostaria de esclarecer ao Líder do PMDB, que foi nesta Casa que votamos um projeto de nossa autoria, proibindo o uso e a comercialização do CFC, do Cloro Fluor Carbono, que foi inclusive sancionado esse projeto pelo Governador Álvaro Dias.

Por isso, esta Casa tem competência. Foi postergado, impediram, engavetaram a votação do nosso projeto proibindo o uso e a comercialização do CFC, com isto um Deputado assassinado do Rio Grande do Sul nos pediu a cópia desse projeto, projeto elaborado com muita dedicação, como todos os nossos projetos e aí foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, Deputado Daud, que pediu a cópia do nosso projeto e aprovou numa posição de vanguarda do povo gaúcho e do Estado do Rio Grande do Sul.

Por isso acho e concordo com o Deputado Furiatti. Não se pode brincar com a saúde do povo paranaense. Vamos votar o projeto do Deputado Algaci Túlio e vamos proibir sim o uso do Metanol no Estado do Paraná.

O SR. RUBENS BUENO (Pela Ordem) - Eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Caíto Quintana. Na medida em que apresentou o Requerimento, argumentou sobre o mérito da questão e como hoje nós estamos discutindo a legalidade, a técnica jurídica do projeto, eu faço um apelo a Vossa Excelência, para discutir o seu Requerimento e votar amanhã exatamente para discutir o mérito do projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, respondendo ao Deputado Rubens Bueno, vou no máximo da minha boa vontade, mas vou deixar registrada a minha posição. A Bancada do PMDB, não precisa dizer, sempre votou liberada. Nunca acompanhou Liderança, quanto mais um Requerimento meu, pessoal, não como Líder. Eu não vou retirar, Deputado Rubens Bueno, embora tenha a certeza absoluta que a bancada possivelmente

vai votar junto com a Oposição e vai derrotar o requerimento. Não vamos retirar, Deputado Rubens Bueno, porque exatamente nesta 1.<sup>a</sup> votação é que se vota a constitucionalidade da matéria, e todo o meu ponto de vista está baseado em que matéria referente à energia, é competência do Governo Federal. E, respondendo o vibrante discurso do Deputado Paulo Furiatti, se morrer pessoa contaminada por metanol, cobrem dos técnicos da área federal que autorizaram o uso do metanol no Brasil, ou de quem fabricou o metanol e não eu, porque a legislação é clara: matéria de energia é competência do Governo Federal, não é nossa. A gasolina também é poluente, também faz mal para a vida e também se beber, e não é por isso que nós vamos fazer uma lei na Assembléia do Paraná proibindo a comercialização de gasolina. O cigarro mata, as próprias carteiras de cigarros trazem lá, dizendo que é prejudicial à saúde, mas nós não podemos votar uma lei aqui proibindo a comercialização de cigarros no Paraná porque não é competência nossa. E toda energia não é competência de lei municipal e nem estadual. De tal sorte que como se está votando exatamente a questão da constitucionalidade da matéria, e como eu acho que não é matéria de competência da Assembléia e nem das Câmaras municipais, eu mantenho o requerimento e, se perder, vote-se, mas fica aqui a minha posição. Obrigado.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO (Pela Ordem)

- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de trazer aqui uma informação que acredito que venha a dar um pouco de tranquilidade aos Srs. Parlamentares, justamente apoiando este Projeto do Deputado Algaci Túlio porque é um projeto naturalmente que vai de município em município, causando discussões de toda ordem.

Então, sendo um projeto como este estadual, faz com que em todo Estado do Paraná nós passemos a consumir o álcool puro. É necessário sim que o Governo do Paraná procure ajudar a produzir o álcool, dar apoio a esse setor; e também eu trago uma informação a Vossa Excelência que o Brasil tem para este ano, de acordo com as previsões, 1 bilhão de litros a mais sobrando no estoque. Portanto, não há perigo de se ficar sem o álcool para o consumo dos veículos que existem até hoje.

Portanto, pode-se muito bem aprovar este projeto sem sacrificar o usuário do carro a álcool e, para o ano que vem aí é necessário daqui a dois anos praticamente, é necessário sim que somente a produção, mas sem custo nenhum para o País, na verdade. É apenas um pequeno estímulo, garantindo aos produtores, mantendo os preços nos atuais patamares. Então, faz com que o

produto tenha em abundância porque as instalações já existentes no País são suficientes para produzir muito mais álcool do que está produzindo hoje. E também nós temos mais uma tranquilidade: o Estado de São Paulo produz 75% do álcool produzido no País.

Portanto, nós temos com muita facilidade aqui no Sul aquisição do produto necessário para utilizar. Portanto, eu estou de pleno acordo também para que este projeto seja aprovado. Obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, recentemente nós tivemos o episódio da carne importada de Chernobil. Hoje vivemos um novo episódio em que quero me colocar aqui defendendo os frentistas dos postos de gasolina do Paraná e também a população paranaense de que o nosso voto será contrário à venda de metanol no Paraná. Muito obrigado.

O SR. EZEQUIAS LOSSO (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, o assunto colocado em pauta é altamente polêmico. Lembro-me, quando estudante de Farmácia, realizando exames clínicos, constata-se o metanol na urina humana. O metanol não é, em doses mínimas, tão letal como se propaga por aí, não. Um detalhe importante: o antídoto do metanol é exatamente o etanol, que é produzido pelas usinas brasileiras. A mistura metanol etanol, portanto, é uma mistura que se apresenta relativamente neutra. Agora, é evidente que se o cidadão tomar etanol, tomar metanol ou tomar gasolina, em doses elevadas, ele terá problemas. Portanto, por ser um assunto polêmico, sou de opinião que a questão deve ser analisada criteriosamente e mesmo há um Parecer do IBAMA a respeito do assunto, que é um organismo federal competente para disciplinar a questão.

Por esta razão votarei com o Deputado Caíto Quintana, porque o assunto requer paciência para análise, a fim de que os interesses dos consumidores sejam devidamente atendidos.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente,

está a pauta de hoje da Ordem do Dia tão extensa e até agora, embora tenhamos votado matérias da maior importância para o Paraná eu apenas limitei-me a votar e a ouvir.

Obviamente, reservando-me para tecer algumas considerações sobre matérias que constarão de Ordem do Dia de amanhã, naquela oportunidade, mas, rapidamente eu não poderia deixar de registrar aqui, o meu voto, em voz alta a favor do requerimento do Deputado Caíto Quintana que pede para retirar o projeto do ilustre Deputado Algaci Túlio que se preocupa com a vida do

cidadão de Curitiba, da linha da qual é Vice-Prefeito, o que a todos nós orgulha, mas fundamentou perfeitamente o Deputado Caíto Quintana, o que o norteou a requerer a retirada do projeto, também de meu modesto entendimento, não é competência desta Casa, pelo menos, não é oportunidade de se votar tal matéria. Entendo, repito, a preocupação do Deputado Algaci Túlio, mas nós não temos nenhuma necessidade, nenhum fato faz com que tenhamos que votar esta matéria agora, porque já que a nossa competência é altamente discutida e há mais uma coisa aduzindo às palavras do Deputado Losso, o País não está "às moscas" também. Há órgãos competentes, altamente competentes estudando, analisando a conveniência ou não da adoção do metanol no combustível nacional.

Portanto, é um assunto que faz com que nós possamos voltar a refletir oportunamente. Voto com o requerimento do Deputado Caíto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana...

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Nós estamos aqui e eu pediria um pouco de paciência, tentando fazer ponderações com relação ao requerimento do Deputado Caíto Quintana, pelo menos para que possamos votar ainda nesta semana, porque contra o tempo e, de repente, o metanol está aqui nas bombas em Curitiba. O Prefeito Jaime Lerner vai sancionar a lei que a Câmara Municipal de Curitiba aprovou e então eu peço ao Deputado Caíto Quintana que, pelo menos então por duas Sessões eu ainda possa concordar, para que nós possamos, na sexta-feira, voltar a discutir esse projeto de Lei.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Nós concordamos com a sugestão do Deputado Algaci Túlio e passarei na Mesa para que possamos substituir de cinco dias para dois dias, duas sessões, a discussão da matéria porque queremos nos orientar melhor com constitucionalistas sobre a constitucionalidade do projeto. Concordamos com a retirada por duas sessões.

O SR. ALGACI TÚLIO - O projeto voltaria sexta-feira.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 611/90, de autoria do Deputado RAUL LOPES e outros, que acresce parágrafo único ao Art. 1° da Lei n° 8521, de 06 de julho de 1987, modificado pela Lei n° 9114, de 10 de novembro de 1989. - Aprovado. (Publ. no D.A. n° 148, de 05.12.90).

Sobre o referido projeto, requerimento

de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Pela ordem, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Caíto Quintana, queiram levantar-se.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, a justificativa também deste projeto é para que possamos ver a constitucionalidade da competência desta Assembléia em instituir bingo, que é ilícito.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu também preocupei-me quando vi o projeto aqui na Ordem do Dia. Parece-me que não é competência da Assembléia oficializar jogos de azar, bingos e outros tipos de jogos...

De repente, vamos oficializar o "bingão", o telefestival...

Concordo em retirar o projeto.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Estranho a postura do Deputado Líder do Governo, porque há dois anos atrás foi ele quem puxou a bancada peemedebista para aprovar a criação da loteria, da LOTOPAR, projeto do Deputado Artagão Mattos Leão. Já que se institucionalizou isto, vamos discutir. Se for imoral, vamos votar contra. Agora, retirar para discutir competência... Ora, o maior já passou! Agora é só mais um pouquinho...!

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, não estamos nos posicionando a favor ou contra.

E, respondendo ao Deputado Pedro Tonelli, todos os Estados brasileiros têm as suas loterias. Seria lamentável que o Estado do Paraná não tivesse uma loteria oficial, obrigando o paranaense a jogar loterias de outros Estados. E esta loteria tem um fim social no Paraná. Aqui se está autorizando a realização de bingos em campos de futebol, em qualquer local. Como não temos conhecimento do projeto que entrou na Ordem do Dia de hoje, estamos pedindo para retirar de sessão, para podermos avaliar se estes bingos não poderão se transformar, no futuro, em novos bingos, como outros tantos que aconteceram aqui.

O SR. NEREU MASSIGNAN - Sr. Presidente, é verdade. Retiro a minha verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Retirado o pedido



de verificação de votação, prevalece a aprovação do requerimento anunciado por Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está Aprovado o requerimento do Deputado Caíto Quintana.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 612/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica, a ser destinado para instalação da área administrativa da Prefeitura daquele município. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 148, de 05.12.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 613/90, de autoria do Deputado NEREU CARLOS MASSIGNAN, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 148, de 05.12.90).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 622/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 226/90), que autoriza aquele Poder a empenhar as despesas com pessoal e encargos sociais, além do limite estabelecido no art. 31 da Lei Estadual n° 9407, de 19.10.90. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 150, de 10.12.90 - Mensagem).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 49/90, de autoria da COMISSÃO GERAL, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Guaranianaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de DIAMANTE DO SUL. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 49/90  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Guaranianaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de DIAMANTE DO SUL.

"Começa na foz do Rio Feio no Rio Piquiri, seguindo pelo Rio Piquiri até a foz do Rio Cascudo, por este acima até a foz do Arroio Barreiro pelo qual segue até sua cabeceira, donde por uma linha seca alcança a BR-277, pela qual segue até atingir a estrada Colônia Santo Antônio - Diamante, e por esta estrada em frente até chegar à ponte sobre o Rio Feio, prosseguindo por este rio abaixo até sua foz no Rio Piquiri, ponto de partida."

PERÍMETRO URBANO DA SEDE  
DO MUNICÍPIO DE

DIAMANTE DO SUL

"Partindo de um marco cravado à margem da estrada que liga a localidade de Erval. Segue por linha seca a rumo de 44°00'NO e distância de 1.410m até o marco n° 1, segue pelo Rio Diamante até o marco n° 2, confrontando com partes dos lotes n°s 11 e 12, da Gleba n° 8, da Colônia São João do Sul, segue por linha seca a rumo de 51°00'NO e distância de 740,00m até o marco n° 3, segue por linha seca a rumo de 14°15'NE e distância de 885,00m até o marco n° 4, confrontando com os lotes n°s 78 e 79, segue pelo Córrego Alambique acima até o marco n° 5, confrontando com os lotes n°s 81 e 82, segue por linha seca a rumo de 36°00'SO e distância de 1.490,00m, confrontando com o lote n° 75 até o marco n° 6, segue por linha seca a rumo 20°00'SE e distância de 2.740,00m, confrontando com partes dos lotes n°s 70, 63, 38 e 37 até o marco n° 7, segue por linhas secas a rumo de 68°00'NE e distância de 1.150,00m a rumo de 22°45'SE e distância de 200,00m a rumo de 46°00'NE e distância de 146,00m a rumo de 20°15'NO e distância de 140,00m a rumo de 68°00'NE e distância de 500,00m, até o marco n° 12, segue pela estrada do Erval até o ponto de partida, confrontando com partes dos lotes n°s 10 e 11".

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.05.90.

(a) COMISSÃO GERAL

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 49/90

P A R E C E R:

O plano de lei em tela, tem por finalidade autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, no Município de Guaranianaçu, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de Diamante do Sul.

O processado encontra-se em condição de ser apreciado pelo egrégio Plenário desta Casa Legislativa.

Assim, esta douta Comissão Geral, ao ser chamada a opinar, vem a se pronunciar favoravelmente, sendo pois pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente  
PIRAJÁ FERREIRA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 195/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 141/90, ex-Proposição n° 137/90), que ratifica o convênio celebrado em 12.06.90, entre o Estado do Paraná e a FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos, objetivando repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico - FNDCT, para execução do projeto "Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 137/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 141/90, a presente proposição solicita a ratificação deste Poder ao convênio já celebrado, por motivo de urgência, em 12.06.90, entre o Estado do Paraná e a FI-NEP - Financiadora de Estudos e Projetos, objetivando repasse de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, para execução do projeto "Sistema Estadual de Informação em Ciência e Tecnologia".

A proposição em tela está em conformidade com os preceitos do Art. 54, XXI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 196/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 142/90, ex-Proposição n° 136/90), que autoriza o convênio datado de 17.07.89, bem como o termo aditivo firmado entre as mesmas partes, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de pesquisa na produção de mudas de erva-mate, bem como do manejo erval a ser implantado no Parque Histórico do Mate. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 136/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 142/90, a presente proposição tem por finalidade encaminhar, para fins de referendo deste Poder, o convênio datado de 17.07.89, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e a Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, objetivando o desenvolvimento de atividades de pesquisa na produção de mudas de erva-mate, bem como do manejo do erval, a ser implantado no Parque Histórico do Mate.

A proposição em tela está em conformidade com os preceitos do Art. 54, XXI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua ratificação, na

forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 197/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 134/90, ex-Proposição n° 135/90), que autoriza o convênio celebrado entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Associação Comercial e Industrial de Maringá, objetivando a divulgação das potencialidades econômicas de Maringá e região. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 135/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 134/90, a presente proposição tem por finalidade solicitar deste Poder autorização a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa celebrar convênio com a Associação Comercial e Industrial de Maringá, objetivando a divulgação das potencialidades econômicas de Maringá e Região.

A proposição em tela está em conformidade com os preceitos do Art. 54, XXI, da Constituição Estadual.

Assim sendo, é nosso parecer favorável, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 198/90, de autoria da COMISSÃO GERAL (Mensagem n° 122/90, ex-Proposição n° 118/90), que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico a conveniar com o Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná - SIQUIM/PR, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para publicação do livro "Matérias primas minerais". Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. - Aprovado.

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 118/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 122/90, a presente proposição tem por finalidade o referendo deste Poder Legislativo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, com o Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná - SIQUIM/PR, objetivando

a prestação de apoio financeiro do Estado para publicação do livro "Matérias Primas Minerais".

De acordo com o art. 54, inciso XXI da Constituição Estadual, é de competência privativa da Assembléia Legislativa autorizar convênios a serem celebrados pelo Governo do Estado, com entidades de direito público ou privado e ratificar os que por motivo de urgência e de relevante interesse público, forem efetivados sem essa autorização, desde que encaminhados à Assembléia Legislativa, nos noventa dias subseqüentes à sua celebração.

Analisando os termos do convênio firmado, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua autorização, na forma do projeto de resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Presidente  
HERMAS BRANDÃO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 150/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 166/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, a alienar a Miguel Batista, Osvaldo Batista e Nelson de Jesus Batista, o imóvel constituído do Lote 43, da Gleba 02, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 362,6178 hectares.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 150/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 166/90, a presente proposição tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a, através do ITCF, alienar ao Sr. Miguel Batista, ao Sr. Osvaldo Batista e ao Sr. Nelson de Jesus Batista, o imóvel constituído do lote 43, da Gleba 02, da Colônia Boa Ventura (Município de Pitanga), Estado do Paraná, com área de 362,6178 hectares.

A regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei n° 7055, de 04 de dezembro de 1978, sendo que, no caso em tela, não se trata de nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça, tornando-se necessária a participação do Poder Legislativo, atendendo ao que dispõe o art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Saliente-se que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo.

Assim sendo, pelas razões acima expos-

tas e pela matéria ser constitucional, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 05.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente  
PIRAJÁ FERREIRA - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 175/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 204/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Indústria Andrade Latorre S/A, o imóvel que especifica no Município de Pitanga.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 175/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem 204/90, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo, através do ITCF, alienar a Indústrias Andrade Latorre S/A, o imóvel constituído dos lotes n°s 20 e 19 da Gleba 5, e do lote n° 94, da Gleba 6, todos da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com áreas de 113,5459, 113,5217 e 11,3969 hectares, respectivamente, conforme o disposto no art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Devemos salientar que a presente proposição trata de terras consideradas devolutas por decisão judicial e cuja regulamentação está se processando gradativamente, tornando-se necessária a aprovação acima mencionada.

Por outro lado, o referido assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, sendo os pareceres favoráveis.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e por inexistirem óbices legais e/ou constitucionais, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente  
PIRAJÁ FERREIRA - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 176/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 205/90), que autoriza o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e Florestas - ITCF, alienar a Alcides Gomes, Delvail Gomes e Olinda Aparecida Gomes Ciuffa, o imóvel que especifica, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga.

Sobre a referida proposição, parecer

da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 176/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem 205/90, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo, através do ITCF, alienar a Alcides Gomes, Delvail Gomes e Olinda Aparecida Gomes Ciuffa, o imóvel constituído do lote n° 39, gleba 1, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, neste Estado, com áreas de 350.9927 hectares, conforme o disposto no art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Cumpra esclarecer que a regularização do imóvel Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei n° 7005, de 04 de dezembro de 1978, e que no caso em epígrafe tratam-se de áreas devolutas pela Justiça, sendo necessária a participação do Poder Legislativo, em atendimento ao dispositivo constitucional acima mencionado.

Cumpra ainda, destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo.

Assim sendo, pelas razões acima expostas e por inexistirem óbices legais e/ou constitucionais, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

- Aprovada.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 177/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 214/90), que autoriza o Poder Executivo, a alienar à União, o imóvel constituído do lote n° 139, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, no Município de Pitanga, conforme especifica.

Sobre a referida proposição, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 177/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem 214/90, a presente proposição visa autorizar o Poder Executivo, a alienar à União, o imóvel constituído do lote n° 139, da Gleba 15, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, neste Estado, com área de 1.318.7580 hectares.

A sobredita alienação é da competência desta Assembléia Legislativa com a sanção do Governador do Estado, conforme o disposto no art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

O pedido de autorização legislativa, incluso na citada mensagem, encontra-se devidamente justificado, dispensando qual-

quer comentário a respeito.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo. É o parecer.

Sala das Sessões, em 12.12.90.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente

PIRAJÁ FERREIRA - Relator

- Aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de n° 2855, de autoria do Sr. Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2851, de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2863, de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2867, de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2864, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, com apoio do Sr. Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2869, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, com apoio dos Srs. Deputados Raul Lopes, Basílio Zanusso, Pedro Tonelli e demais Srs. Deputados, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2838, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro informação sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento já foi aprovado. (LÊ): "Pede a convocação..."

O requerimento solicita para a sessão de amanhã, e a Mesa vai manter entendimento para que marque uma sessão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimento de n° 2872, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2856, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2865, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 2857, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar n°s 260 e 625/90, dos Projetos de Lei n°s 468, 475, 496, 526, 527,

540, 547 e 618/90, e dos Projetos de Resolução n°s 69, 79, 102, 106, 189 e 192/90.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 270/88, 41, 561, 564, 573, 575, 587, 612, 613 e 622/90, e dos Projetos de Resolução n°s 49, e 195 a 198/90.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 543, 545, 553, 556, 599, 600, 601, 603, 606, 610, 614, 615, 621 e 631/90, e dos Projetos de Resolução n°s 50, 114, 199, 200 e 201/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 93 e 104/90.

Levanta-se a sessão.